



Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

**ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA
COMO MECANISMO DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

BRUNA VENTURELLI MACHADO

Brasília – DF

2014

Bruna Venturelli Machado

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA
COMO MECANISMO DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nara Maria Pimentel

Brasília – DF
2014

Machado, Bruna Venturelli.

A democratização do acesso à educação superior:
o sistema de seleção unificada como mecanismo de
seleção na Universidade de Brasília / Bruna Venturelli
Machado. – 2014.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014
Orientação: Prof.^a Dr.^a Nara Maria Pimentel

1. Acesso à educação superior. 2. Exame
Nacional do Ensino Médio. 3. Sistema de Seleção
Unificada.

TERMO DE APROVAÇÃO

Bruna Venturelli Machado

ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA COMO MECANISMO DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Trabalho Final de Curso submetido à Banca Examinadora da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Nara Maria Pimentel – FE/ UnB
Orientadora

Prof. Dr. Mauro Luiz Rabelo – MAT/ UnB
Membro Titular

Prof. Dr. Cleyton Hérculos Gontijo – FE/ UnB
Membro Titular

Prof.^a Dr.^a Nilce Santos de Melo – FS/ UnB
Membro Suplente

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus pais, Marcos e Aleyde
Às minhas irmãs Beatriz, Júlia, Débora, Cecília e Alice e meu irmão Davi
Minha madrinha, Telma
Ao meu noivo, Elias
Sem vocês eu não teria inspiração e motivação para concluir essa graduação
A todos aqueles que um dia, de alguma forma passaram pela minha história*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me permitir esta experiência maravilhosa que é viver e, mais que isso, poder sentir-me viva.

Marcos, pai, você é meu herói! Obrigada pelos ensinamentos, espirituais e pessoais. Obrigada por ter permitido que seus planos fossem transformados, por sempre dar o melhor de si para que os meus sonhos, das minhas irmãs e do Davi se realizem.

Aleyde, mãe, você é minha rainha! Daquelas que podem mexer para todos os lados e quantas casas quiser! Porque assim que a senhora é, andando para todos os lados, pensando várias coisas e esquecendo tudo ao mesmo tempo. E foi desse seu jeito que a senhora construiu nossa família. Obrigada por ser a mãe e educadora que é. Obrigada pelo seu amor incondicional.

Agradeço às minhas irmãs Beatriz, porque o amor é compartilhar histórias, risos e choros; Júlia, porque o amor é aceitar que nem sempre temos a razão; Débora, porque ter bom humor significa amar a vida; Cecília, porque o amor é receber seu abraço toda vez que chego em casa; Alice, por teus carinhos e seu jeito único de pensar e ser. E ao meu irmão Davi, porque amor é o que te faz sorrir quando você chega em casa tarde e exausta do dia. Vocês têm sobrevivido a mim, alguns há mais tempo que outros, ter vocês na minha vida já bastaria.

Elias, porque o amor é respeito, perdão, companheirismo. Você é o amigo e **namorado** que me acompanhou da saída do ensino médio até chegar neste momento final da graduação. Obrigada pela sua escuta e compreensão. Obrigada por acreditar em mim.

Agradeço a toda minha família, avós, tios e tias, primos e primas. Em especial à minha madrinha, Telma, pelas aulas a parte, por me acolher quando precisei, pelas caronas e almoços descontraídos. Pelo seu coração enorme, pela sua dedicação, por acolher aos sobrinhos como filhos.

A todos os colegas da faculdade com os quais estudei, meu muito obrigada por tornarem essa experiência singular. Por terem crescido e amadurecido comigo durante o curso e em relação ao curso. Débora, Bia, Valéria e Jéssica, obrigada pelas tardes na pracinha, pelas histórias na hora do almoço, pelas conversas no intervalo, pela cooperação nos trabalhos, pelo cotidiano e o clima alegre que vocês trazem à FE.

Agradeço, enfim, aos meus educadores e educadoras por investirem na nossa formação, por acreditarem naquilo que fazem e transmitirem essa confiança para nós. Fátima Vidal, Renato Hilário, Renísia Cristina, Armando, Shirleide, Ana Maria obrigada por nunca terem me imposto uma visão de educação, mas sim por me proporcionarem a desconstrução das minhas certezas e permitirem que eu construísse em mim uma outra perspectiva a respeito do educar, das relações humanas e da vida.

Em especial, agradeço a banca examinadora, os professores Mauro Luiz Rabelo, Cleyton Hércules Gontijo e a professora Nilce Santos de Melo. Obrigada pela presença, pelos comentários, as opiniões e reflexões trazidas. Obrigada pelas contribuições feitas a este trabalho.

Por fim, agradeço à professora Nara Pimentel que me encaixou em sua rotina. Entre aulas, viagens, reuniões e coordenação, reservou tempo para orientações, que foram essenciais para me dar coragem para terminar este trabalho. Obrigada pela paciência e motivação. Obrigada por ter aceitado encarar o desafio de trabalhar comigo nesta pesquisa.

Este espaço é pequeno para demonstrar o quanto sou grata a todos vocês, por compreenderem quando eu estive ausente, pelo apoio, por acreditarem em mim, pela paciência.

A todos, a minha eterna gratidão.

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.
(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta um estudo sobre o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), implementado em 2010. O SiSU seleciona alunos para Instituições Federais de Educação Superior (IFES) com base no desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A realidade desta forma de ingresso é trazida para o âmbito da Universidade de Brasília (UnB) que aderiu ao SiSU em 2013, realizando sua primeira seleção utilizando o Sistema no primeiro semestre de 2014. O objetivo deste trabalho é investigar de que maneira o Sistema de Seleção Unificada está sendo utilizado como instrumento seletivo na Universidade de Brasília, e também problematiza o fato de uma seleção unificada, baseada em um único exame nacional, em um país como o Brasil que apresenta grandes desigualdades sociais e educacionais. No trabalho é descrito ainda a adesão da Universidade de Brasília ao SiSU e como ocorreu a primeira seleção na UnB por meio da Seleção Unificada do MEC.

Palavras-Chave: Acesso à educação superior. ENEM. SiSU.

ABSTRACT

This final paper presents a study on the Unified Selection System (SiSU, acronym in Portuguese), which is a computerized entrance system managed by the Ministry of Education (MEC, acronym in Portuguese) and was implemented in 2010. The SiSU selects students for the Federal Institutions of Higher Education (IFES, acronym in Portuguese) based on the candidates' performance in the National High School Exam (ENEM, acronym in Portuguese). The reality of this entrance selection is brought into the scope of the University of Brasilia (UnB, acronym in Portuguese) which adhered to the SiSU in 2013 and held its first selection using such system during the first term of 2014. The aim of this study is to investigate how the SiSU has been established as a public policy in the democratization of higher education access, while raising the issue of an unified selection entrance system applied in a country such as Brazil, which has registered different educational competences in its territory. Moreover, this paper describes the adherence of the University of Brasilia to the SiSU, and how the first selection occurred in the UnB applying the Unified Selection of MEC.

Keywords: Access to higher education. ENEM. SiSU.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - MOTIVOS ALEGADOS PARA FAZER O ENEM - BRASIL - 2008..... | 38 |
| TABELA 2- SÉRIE HISTÓRICA DE INSCRITOS E PARTICIPANTES NO ENEM – 1998-2007 | 39 |
| TABELA 3- SÉRIE HISTÓRICA DE INSCRITOS NO ENEM – 2008-2013 | 39 |
| TABELA 4 – EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA: NÚMERO DE INSTITUIÇÕES, VAGAS E INSCRITOS . | 41 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 - GRUPO I – PESOS E NOTAS MÍNIMAS | 51 |
| QUADRO 2 -- GRUPO II – PESOS E NOTAS MÍNIMAS | 51 |

LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN – Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior
Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Cefet – Centro Federais de Educação Tecnológica
CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
Cespe – Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
DEG – Decanato de Ensino e Graduação DF – Distrito Federal
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FE – Faculdade de Educação
FIES – Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
HE – Certificação de Habilidade Específica
Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituição de Educação Superior
IF – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES – Instituição Federal de Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PAS – Programa de Avaliação Seriada
ProUni – Programa Universidade para Todos
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SESu – Secretaria de Educação Superior
Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 14 |
| 1 MEMORIAL..... | 16 |
| 2 INTRODUÇÃO | 23 |
| 3 BREVE RELATO DAS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL | 26 |
| 4 O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS..... | 36 |
| 4.1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO..... | 37 |
| 4.2 O SISU CONFORME A LEGISLAÇÃO | 41 |
| 5 O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA COMO FORMA DE ACESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA | 44 |
| 5.1 OS INSTRUMENTOS DE SELEÇÃO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA..... | 45 |
| 5.2 A DECISÃO DE ADERIR AO SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICA..... | 47 |
| 5.3 PRIMEIRO INGRESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA VIA SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA..... | 50 |
| 6 ASPECTOS METODOLÓGICOS | 53 |
| 7 ANÁLISE CRÍTICA DO SISU COMO POLÍTICA DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CASO DA UNB | 55 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 64 |
| 9 PERSPECTIVAS..... | 68 |
| REFERÊNCIAS | 69 |
| APÊNDICE 1..... | 72 |
| APÊNDICE 2..... | 73 |
| ANEXO | 74 |

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em três partes, da seguinte forma:

Primeiramente, o Memorial, a parte na qual exponho um pouco da minha trajetória educativa, os momentos inesquecíveis que marcaram minha história e que constituíram a minha personalidade, que me conduziram a escolha do curso de Pedagogia. Escrevo também sobre experiências durante minha graduação, as disciplinas e professores que me ensinaram muito mais que conteúdos, mas a acreditar e valorizar a educação, enxergar nos alunos sujeitos de possibilidades, entre outros aprendizados.

A segunda parte é o espaço reservado para apresentação da pesquisa realizada a respeito do Sistema de Seleção Unificada, o SISU, como uma política pública que busca superar o problema da democratização do acesso à educação superior no Brasil. O estudo ainda traz informações sobre o processo de adesão da Universidade de Brasília a este instrumento seletivo gerenciado pelo MEC e descreve a primeira seleção via Sistema de Seleção Unificada promovida pela UnB.

Por fim, as perspectivas, expectativas profissionais e acadêmicas após a conclusão do curso de Pedagogia. Revelo meus anseios de atuar na área da educação e o desejo de continuar os estudos tornando-me, se possível, uma educadora que colabora para formação de professores.

Parte 1 – Memorial

1 MEMORIAL

Para escrever este memorial fiz um favor a mim mesma: tirei algumas horas para visitar cadernos, atividades, fotos, textos. Foi um favor porque imagens, trabalhos e anotações à parte revelam minha trajetória; porque me fez parar para refletir sobre a construção da minha história, as experiências que tive, quem era e quem sou.

A questão é: até o momento tive uma quantidade de experiências, que se acumularam durante os anos, e por isso, sei que posso ler este memorial daqui a cinco anos e novamente ter esquecido que passei por algumas situações, posso ler este trabalho daqui a dez anos e ficar perplexa, ou não, por ter escrito tais coisas, pois as vivências por vir me farão pensar e agir diferente.

Esta é minha versão da história, mas sei que ninguém a contaria da mesma forma e com o mesmo olhar que eu, afinal, sou a protagonista deste memorial e os sentimentos e aprendizagens a respeito de cada vivência fazem parte da minha história.

Nasci no ano de 1993. Filha de um militar e uma professora, que me ensinaram a importância dos estudos. Minha mãe me contava histórias e me ensinou o alfabeto. Meu pai passou várias tardes tentando me fazer entender a lógica da matemática. Faz parte da minha infância a velha brincadeira de professora. Mas uma das melhores sensações era quando minha mãe me levava para o trabalho com ela, ou quando meu pai ia buscá-la na UnB e me levava junto. Eu já conhecia a pracinha da FE antes mesmo de saber que ali passaria quatro importantes anos da minha vida.

Somos cristãos, católicos, e se assim não fosse, acredito que eu não teria umas das maiores alegrias da minha vida: minha família enorme de nove pessoas. Meus pais tiveram oito filhos, seis meninas, minha mãe perdeu um bebê e finalmente um menino, o caçula. Sou a mais velha, assim, aprendi cedo a ser responsável, a dividir minhas coisas, ajudar nos exercícios de casa, e cuidar das minhas irmãs e irmão. Durante anos encarei isso como um peso, hoje agradeço por tê-los na minha vida, eles foram essências para aplicação de jogos, digitação de trabalhos e para me fazer rir depois de um dia cansativo.

Meus pais puderam pagar pelo meu ensino, estudei em escolas particulares durante toda minha educação básica. Com o tempo descobri que essa

não era uma realidade palpável a todos, e que a qualidade, estrutura e apoio que eu tinha para estudar era uma raridade, em meio a muitos que não tinham a mesma oportunidade, ainda mais na cidade em que cresci, a Ceilândia.

Esses fatores fizeram de mim uma menina que cobra muito de si mesma, e tem medo de decepcionar os outros. Uma garota que se preocupava muito com notas e avaliações. Ao ponto de aos seis anos de idade chorar por ter tirado nove na prova de português, e não o dez fácil de ganhar no jardim de infância. Como avaliações podem ser cruéis com crianças! Cursar Pedagogia, fez com que eu pudesse quebrar em mim todas essas cobranças, para que eu pudesse mudar a mim primeiramente, e então, agir diferente e lutar pela educação.

Resumidamente, minha educação básica ocorreu de modo tradicional, principalmente depois da 4ª série (5º ano). Impacto foi ter um professor para cada disciplina, e aquele monte de disciplinas diferentes, professores que devido ao tanto de alunos muitas vezes não sabem seu nome, e você se torna apenas mais um. A escola pede que você amadureça, porque assim que a vida é, ou alguns acreditam que seja.

No ensino médio praticamente tudo, o conteúdo, o contexto que vivi no ambiente escolar foi voltado para o vestibular, porque se você não passa em uma universidade federal, você é incompetente, e vários alunos se sentem desmotivados, incapacitados, quando na verdade não é assim. Eis um dos motivos da escolha deste trabalho final de curso. Aprendi a acreditar que as pessoas são sim capazes e que às vezes precisam apenas de oportunidades, algo que lhes é tirado devido ao modo como a sociedade está organizada.

Durante o ensino médio fui fazendo as provas do PAS, ano após ano sem saber ao certo o que queria. Eu recebia motivação para fazer o vestibular, o ENEM, o PAS, mas não sei até que ponto professores e coordenação estavam preocupados com meu futuro acadêmico, e até que ponto estavam preocupados em fazer mais um aluno entrar na UnB. E o que não fazia sentido na minha cabeça: por que preciso decorar conteúdos que não têm relação com o curso que pretendo fazer? Por que o mesmo vestibular para pessoas que farão cursos diferentes?

Sempre me interessei por matemática, mas infelizmente um professor no terceiro ano me tirou esse prazer. Ele falava que era simples e para mim, de simples aquilo não tinha nada, resultado: “vou tentar qualquer curso que não tenha cálculo”.

Optar por pedagogia não foi fácil, apesar de ter mãe e tias pedagogas, ouvi que não deveria ser professora. Mas passar para a UnB em pedagogia não foi tão ruim quanto aparentemente parecia. Entrei no curso achando que não teria outras opções a não ser a sala de aula, para além disso, enxerguei possibilidades, aprendi a valorizar meu curso e me orgulhar da minha profissão, saber da importância que tem a educação. Não me vejo realizando outra coisa que não seja atuando na minha área, lutando para que a educação seja de fato um direito de todos, de qualidade. Seja formando pequenos cidadãos, seja formando professores, a responsabilidade é a mesma.

O primeiro ano na UnB foi um período de adaptação e de quebra dos meus próprios conceitos sobre o curso, sobre a educação, sobre ensinar e aprender. No primeiro semestre tive a oportunidade de ler sobre a história da universidade e da educação, aprender sobre o desenvolvimento humano, refletir sobre as culturas, a influência do social no indivíduo e na disciplina de Oficina Vivencial desconstruir meus padrões através do livro “Fomos maus alunos”, de Gilberto Dimenstein e Rubem Alves. Mas não posso esquecer de citar também a professora que fez questão de ensinar as regras da ABNT, a apresentar seminários e trabalhos acadêmicos, aprendizados úteis durante toda a graduação que poderiam ser aprendidos de forma menos traumática.

Durante a graduação aprendi a abraçar em cada início de aula, nunca se sabe quem está precisando de um abraço. Aprendi a ir para a aula e escutar aquele aluno que está passando por algum sofrimento, mesmo que não tenha nada a ver com o conteúdo. Aprendi a ter um olhar cuidadoso para aqueles que demandam essa atenção. Quem diria que a matemática poderia ser simples e divertida. Que até eu, arritmica que sou, seria capaz de fazer música. Cada um se expressa de uma forma, e isso não torna uns melhores que outros, apenas diferentes. Mas isso aprendi aos 12 anos com “Uma professora muito maluquinha”, de Ziraldo.

O modelo do currículo do curso de pedagogia propõe que eu inicie minha pesquisa em projeto 3, em alguma área da educação, e nela continuasse até a escrita do trabalho final de curso. Contudo, comigo não foi assim. Meu projeto 3 foi na área de Orientação educacional, foi muito importante para eu conhecer a área, a relação educação e trabalho, junto com as outras alunas do projeto elaboramos um projeto de orientação educacional para uma escola classe da Vila Planalto.

Não continuei no projeto de orientação porque no projeto 4, momento do estágio, queria viver a experiência de ir para sala de aula, acompanhar uma professora e uma turma. Acompanhei durante dois semestres uma turma de 3º ano, na Escola Classe 50 da Ceilândia. Pude acompanhar o desenvolvimento dos alunos, aqueles que iniciaram o ano não alfabetizados e terminaram sabendo ler e escrever. Acompanhei também a mudança da turma quando houve a troca de professoras, pois a primeira mudou seus horários e assumiu uma professora temporária, que tinha outro ritmo, outra forma de trabalho. Participei de reuniões, elaborei aulas e atividades, participei de eventos da instituição.

Concomitante ao primeiro semestre de estágio, fui bolsista, durante um semestre, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Atuei na Escola Classe 01 do Varjão como professora auxiliar, também numa turma de 3º ano. Foi uma experiência enriquecedora, pois pude observar duas escolas que fazem parte do sistema de ensino público do Distrito Federal, mas apresentam realidades tão diferentes: na perspectiva do trabalho voltado para o aluno, da motivação dos professores de estarem na instituição, da preocupação dos pais com a aprendizagem dos filhos.

Ao longo do curso fui monitora de duas matérias: Educando com necessidades educacionais especiais, com a professora Amaralina Miranda de Souza; e Organização da Educação Brasileira, com a professora Ruth Gonçalves de Faria Lopes. Ser monitora me permitiu viver novamente essas disciplinas, porém, mais madura e com outro olhar sobre os conteúdos. Foram duas experiências importantes para minha formação, que me permitiram ter contato direto com os alunos e fazer a mediação entre estes e as professoras. Ser monitora me proporcionou enxergar a importância e responsabilidade do professor que forma os futuros docentes e despertou em mim essa vontade de trabalhar com a formação de professores, para que pudesse repassar todo o aprendizado que recebi, não apenas de conteúdo, mas também de olhar e escutar o outro, como singular que é.

Diante de tantos relatos importantes, destaco dois momentos do estágio que cogitei usar como tema da monografia, porém, ficam como pesquisas futuras a se realizar: durante a semana do dia do trabalhador, a professora perguntava as crianças o que elas gostariam de ser quando crescessem, algumas respondiam: astronauta, bombeiro, etc. Quando uma menina disse que queria ser professora, a docente entrevistou dizendo para ela ser outra coisa, olhou para mim e disse: “eu já vou

tirando deles a ideia de ser professor”. Quer dizer, qual a imagem que o professor tem de si? Que valor dá a sua profissão? E qual a representação que eles passam para os alunos e que estes têm sobre a profissão docente?

O outro momento que cogitei como tema de pesquisa foi a partir da observação da atitude das professoras do Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e a própria organização das escolas em ciclos de alfabetização. Durante a disciplina de projeto 4, a professora Maria Emília Gonzaga presenteou a mim e as outras alunas com o livro “A escola em ciclos: fundamentos e debates”, de Jefferson Mainardes. Após a leitura, achei interessante saber a percepção das professoras sobre o (BIA), os ciclos e semestralidade nas escolas.

Uma das minhas motivações a lutar pela equidade da educação superior foi passar junto com o meu namorado a batalha dele para entrar em uma universidade pública. Estudante de escola pública, depois de ter reprovado o sétimo ano, não acreditava em si mesmo, e durante o ensino médio não acreditava que era capaz de passar no vestibular. O que eu aprendia na faculdade sobre a capacidade de cada um, as oportunidades de cada um me ajudavam a incentivá-lo para que ele começasse a acreditar em si mesmo. Foi necessário esforço, tardes em bibliotecas, curso pré-vestibular para que ele fosse aprovado na UnB. Ele conseguiu, mas e os outros tantos que continuam sem perspectiva, desacreditados de si e sem oportunidades?

Durante a graduação me identifiquei com a matéria de Sociologia da Educação, pelo fato de ler textos de Althusser e Bourdieu, que me levaram a refletir sobre a minha trajetória escolar, percebendo o meu percurso nas estratégias que a classe média apropria-se para ascender socialmente, a importância do capital cultural, econômico e até informacional para essa ascensão. Além de me possibilitar, também, reconhecer com Paulo Freire que a educação e a escola, assim como nós, podem estar condicionadas, mas não determinadas, o que abre a possibilidade de intervenção e transformação.

Assim, chego ao final do curso matriculada em Projeto 5 com a professora Nara Pimentel, que tem me orientado na escrita deste trabalho cujo tema é a democratização do ensino superior através do ingresso de alunos pelo Sistema de Seleção Unificada na UnB. Trata-se de um estudo que pretende abordar questões como a expansão e democratização da educação superior e como o acesso as instituições superiores de ensino por meio do vestibular está sendo substituído pela

adesão ao SiSU, que tem como base de classificação a nota do ENEM. A tentativa é de trazer essa discussão para a realidade da UnB, que aderiu ao SiSU recentemente.

Por fim, aproveito este espaço para agradecer a todos os professores e professoras que passaram pela minha trajetória escolar e acadêmica. Todos! Desde que entrei na escola com três anos de idade, até minha graduação. Aquelas que me ensinaram a ler e a escrever, aquelas que me proporcionaram risos, aquelas que me ensinaram o companheirismo e a paciência, aqueles que foram amigos, aquelas que me desafiaram, que me cobraram, que me deram exemplos do que nunca fazer em sala de aula e na minha graduação aquelas que dão o melhor de si para formar professores responsáveis que valorizam sua profissão. Principalmente, aqueles que me ensinaram e provaram que existe uma outra educação possível, pela qual vale a pena lutar.

Parte 2 – Tema e Pesquisa

2 INTRODUÇÃO

A história mostra que a educação superior brasileira esteve destinada a uma pequena porção da sociedade, especialmente aos filhos da elite. Os grupos sociais dividiam-se entre aqueles que estudavam para ocupar cargos altos e serem considerados os donos do conhecimento, e aqueles que estavam fadados ao ensino como modo de preparação instrumental, mecânica e acrítica para o trabalho.

A história relata momentos de expansão e democratização de educação superior no Brasil, ainda que essa expansão, em sua maioria, tenha ocorrido por meio do sistema privado.

Na lógica mercantil, sob a qual se apoia a iniciativa privada, a sociedade é composta por indivíduos em competição, assim, na educação superior não há lugar para todos, apenas para os mais competentes. Sabemos que chegar a educação superior não depende apenas da vontade e mérito do sujeito, mas de circunstâncias e fatores que favorecem ou dificultam o percurso escolar dos indivíduos.

Por isso, a democratização da educação superior passa essencialmente pela implementação de políticas públicas que visam solucionar o problema do acesso a esse nível da educação brasileira. Tal problema é apresentado e moldado durante a história da educação no Brasil.

Os sujeitos que produziram a história estiveram inseridos em um contexto e momento históricos próprios, assim, são impregnados e atravessados pela ideologia, política e econômica dominantes de tal momento, ou seja, são também produtos da história. Dessa forma, as ideias aqui expostas precisam ser entendidas também sob a perspectiva de que todos estamos inseridos numa conjuntura e, dessa maneira, como sujeitos históricos e sociais, somos, direta e indiretamente, afetados e provocados pelo movimento dinâmico da construção da história.

Nos últimos anos foram criadas diversas políticas de inclusão social que têm contribuído para a democratização da educação superior, como algumas ações afirmativas criadas pelas Universidades no uso de sua autonomia, e a Lei de Cotas para escolas públicas, entre outras. Todas estas interferem no funcionamento das Instituições de Educação Superior (IES), na sua organização e estrutura. Uma das políticas educacionais direcionadas ao acesso à educação superior é o Sistema de Seleção Unificada.

O SiSU foi implementado em 2010 a partir da reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio. Esta política consiste em uma seleção unificada, realizada por um sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação. Os estudantes inscritos são selecionados, com base no desempenho no ENEM, para ocupar vagas de cursos de graduação ofertadas pelas Instituições Federais de Educação Superior participantes do Sistema.

O Exame Nacional do Ensino Médio consolidou-se como instrumento de seleção para a educação superior. Seus objetivos vão além da avaliação diagnóstica da educação básica, mas procura equalizar os efeitos dos vestibulares sobre os currículos do ensino médio e proporcionar a mobilidade estudantil pelo país. Contudo, o Brasil é um país que ainda possui grandes desigualdades sociais em seu território, e a educação reflete essas desigualdades. Uma única prova tem sido utilizada para avaliar estudantes de todo o país e selecioná-los para ocupar vagas de instituições públicas de educação superior, porém a qualidade da educação nas diferentes regiões do Brasil permanece discrepante.

Nesse sentido, busca-se compreender a política do SiSU, em que contexto ela surge e de que forma a Seleção Unificada tem sido utilizada como mecanismo seletivo pela Universidade de Brasília.

Trata-se de uma pesquisa inovadora quanto ao tema. Na Universidade de Brasília (UnB), a decisão a respeito da adesão ao SiSU foi tomada em 2013, sendo implementada a partir de 2014. Por ser uma política pública direcionada à educação superior, constitui-se como objeto de estudo para estudantes da área da educação, tal como é a Pedagogia.

Assim, o objetivo geral traçado é:

- Investigar de que maneira o Sistema de Seleção Unificada está sendo utilizado como instrumento seletivo na Universidade de Brasília.

Para tanto, os objetivos específicos são:

- Apresentar uma breve perspectiva histórica das políticas de acesso à educação superior no Brasil
- Refletir qualitativamente sobre a criação e utilização do Sistema de Seleção Unificada como forma de processo seletivo.
- Descrever o processo de adesão da Universidade de Brasília ao Sistema de Seleção Unificada.

Para elaboração deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental a fim de descrever e explicar o SiSU e a adesão a esta política pela Universidade de Brasília. Foram pesquisados artigos, jornais eletrônicos, *sites* oficiais, documentos oficiais, entre outros. Foram coletadas informações também por meio de uma entrevista semiestruturada.

Com a intenção de atingir os propósitos deste trabalho, no primeiro capítulo faço um breve relato histórico sobre as políticas de acesso à educação superior no Brasil, expondo como o acesso à educação superior brasileira esteve desde o início destinada à elite bem como ligada aos interesses do Estado. Assim, em determinados momentos há a abertura e expansão, e em outros há o controle e restrição. São revelados como as opções políticas e econômicas vigentes influenciam nas políticas educacionais, tomando a escola como aparelho ideológico, como bem teoriza Althusser. Deste modo, é histórica a demanda por políticas que democratizem a educação superior.

Após esse momento de contextualização das políticas de acesso à educação superior é apresentada a política do Sistema de Seleção Unificada. Neste capítulo é apresentado o Exame Nacional do Ensino Médio, pois é da sua reformulação que surge a possibilidade de criação do SiSU. A Seleção Unificada é exposta conforme a Portaria que rege seu funcionamento. Então, é possível entender o funcionamento desta política pública, de onde ela surge e como estrutura-se.

Em seguida é relatado o processo de adesão da Universidade de Brasília ao SiSU como instrumento de seleção para ingresso de estudantes na graduação. Apesar de a UnB caracterizar-se por ser moderna e inovadora desde sua fundação, foram necessários três anos até que a universidade se posicionasse em relação a esta política originária do Ministério da Educação. São apresentadas algumas informações sobre a primeira seleção realizada através do SiSU na UnB, ocorrida no primeiro semestre de 2014.

Posterior à exposição do processo metodológico adotado para a pesquisa é realizada uma análise crítica do SiSU como política pública e o caso da UnB. Neste momento são apresentadas inferências e interpretações à luz do referencial teórico sobre as informações levantadas a partir da pesquisa.

3 BREVE RELATO DAS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Compreender o sentido de um política pública reclamaria transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão (Eneida Shiroma, 2011, p. 9)

A democratização do acesso à educação superior se traduz como uma das várias demandas recorrentes na sociedade brasileira. Essas demandas “são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental” (RUA, p. 3).

A discussão a respeito da educação superior está vinculada a temáticas como: o acesso e a permanência, a diversificação nos processos seletivos, a expansão da educação superior no Brasil, a autonomia das Universidades, as oportunidades de acesso, a qualidade da educação básica e superior brasileira, entre outros. A democratização do acesso à educação superior e a garantia da permanência se constituem uma demanda histórica que refletem como o sistema educacional brasileiro se estruturou com base nas desigualdades econômicas, políticas e culturais do país.

Em resposta às demandas sociais são criadas e implementadas políticas públicas para a educação. Para Secchi (2012, p. 3), “uma pluralidade de atores protagoniza o enfrentamento dos problemas públicos”. Sob a ótica deste autor, se um problema é entendido como coletivo, logo é um problema público, tem-se, então, a razão para o estabelecimento de uma política pública, que tem por finalidade enfrentar um problema entendido como relevante para uma coletividade.

Secchi (2012, p. 2) considera política pública um conceito abstrato, “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” que se concretiza por meio de instrumentos como programas políticos, projetos, leis, campanhas publicitárias, entre outros. Para Shiroma (2011), apesar do semblante de assistência humanitária e benfeitoria agregada às políticas públicas, principalmente as educacionais, estas, acabam por revelar as contradições sociais, bem como os interesses de grupos específicos.

Constata-se historicamente que a demanda real por vagas na educação superior, pública e gratuita, é maior do que o número de vagas disponíveis nesse

nível de ensino. Segundo pesquisas na área, o elitismo é marca da educação superior brasileira desde quando a responsabilidade pela educação no Brasil era dos jesuítas. A primeira Instituição de Educação Superior surgiu após a vinda da coroa portuguesa em 1808.

As origens da educação superior no Brasil datam do século XIX, evidenciando o surgimento tardio, resultado da colonização portuguesa. Posterior à transferência da corte portuguesa para a colônia brasileira, em 1808, houve a criação de cursos superiores, essa formação era realizada nas escolas autônomas. Segundo Santos (2009) a preocupação era com a formação de carreiras liberais, como advogados, engenheiros e médicos, com o objetivo de atender às necessidades governamentais e da elite local.

Para Emerick (2006), a evolução lenta do sistema de educação brasileiro decorre do fato de que o Estado brasileiro não assumiu plenamente a educação em níveis básicos para a população. A expansão da oferta da educação em nível básico e superior acontece voltada para a necessidade de qualificação para o trabalho, fruto da economia da época.

Segundo Santos (2009), após a Proclamação da República, a Constituição de 1891 possibilitou a descentralização da educação superior e, dessa forma, a diversificação do sistema, isto é, o aparecimento de novas instituições, tanto de caráter público como de iniciativa privada.

O período denominado República Velha, que vai de 1891 a 1930, foi marcado por Reformas no âmbito educacional, como por exemplo, a Reforma Rivadávia Corrêa, que aprovou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República (Decreto nº 8.659, de 1911). Dentre as iniciativas desta Reforma, além da desoficialização do ensino, havia também a proposta de “realização dos exames de admissão pelas próprias faculdades sob a justificativa de que o ensino secundário não poderia voltar-se para o ingresso no ensino superior” (VIEIRA, 2011, p. 92). A Reforma Carlos Maximiliano (Decreto nº 11.530, de 1915) reoficializou o ensino, reformou o ensino secundário e regulamentou o ensino superior na República.

A economia do Brasil desenvolveu-se como exportadora de alimentos e matéria-prima até a década de 1930, quando houve a substituição das importações de bens industrializados e combustíveis por manufaturados locais. Segundo Cunha

(2007), o Estado, a partir de 1937, promoveu a industrialização do país intervindo direta e intensamente na economia.

Os anos de 1930 para o Brasil representou modernização e construção de nacionalidade, a educação tinha papel fundamental nesse projeto societário do governo. A reforma da chamada Era Vargas (1930-1945)

instituiu as universidades e definiu o formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil, mas, não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para a iniciativa privada (SANTOS, 2009, p. 4).

Santos (2009) lembra, ainda, que as primeiras estatísticas educacionais, em 1933, apontavam que cerca de 44% das matrículas e 60% dos estabelecimentos da educação superior estavam sob responsabilidade de instituições privadas.

Para Oliveira (2013), a política educacional da Era Vargas não alterou o elitismo e conservadorismo no acesso à educação superior, ou seja, a formação em cursos de nível superior é privilégio das camadas da sociedade economicamente favorecidas. Neste período, a educação é tomada pelo Estado

como instrumento ideológico de disseminação da cisão de mundo dominante, como mecanismo de ampliação dos canais de ascensão das classes médias e como meio de formar a mão de obra para a indústria nascente (OLIVEIRA, 2013, p. 275).

As reformas do Governo Provisório alcançaram a educação secundária, comercial e superior. As Reformas Francisco Campos, em 1931, atingiram vários níveis de ensino e destinavam-se a todo território nacional. Os decretos revelavam o interesse de definir uma estrutura orgânica, porém centralizadora, para os níveis de ensino. Para o governo, o fato de haver uma lei bem formulada bastava para serem solucionados os problemas enfrentados pela educação brasileira (SHIROMA, 2011).

Um marco dessa tendência centralizadora foi o decreto nº 19.851, de 1931, que dá origem ao Estatuto das Universidades Brasileiras. Este documento que define a concepção de universidade no Brasil, também “formaliza, homogeneiza, padroniza e centraliza a educação superior de todo o país” (OLIVEIRA, 2013, p. 276). Neste momento é mantida a admissão nos cursos superiores por meio dos exames vestibulares.

Vieira (2011) identifica problemas tanto na organização curricular, como no significado ideológico e social da Reforma Gustavo Capanema, que ocorreu em 1942. As críticas dizem respeito à falta de articulação entre ramos da educação profissional, o que impossibilita o aluno de mudar de opção. Para a autora, nesse período acontece a naturalização das diferenças sociais quando destinam-se a educação secundária à elite e a educação profissional às classes populares, isto é, o dualismo que distingue a educação recebida nas camadas sociais é acentuado.

A respeito do dualismo supracitado, Oliveira (2013) destaca os distintos caminhos escolares percorridos pelas elites e pelas camadas populares. À elite cabia ir do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio – ensino secundário formativo, que visava a academia – e, então, optar por qualquer curso superior. Ao passo que às camadas populares o percurso era ir do primário aos cursos profissionalizantes – voltados para o mercado de trabalho.

O período caracterizado como Segunda República, ou período populista, que vai de 1946 até o golpe militar em 1964, é marcado pelas intervenções do Estado na economia, visando promover políticas de bem-estar social. Santos (2009) considera esse período como uma das primeiras experiências de expansão do sistema. O que se buscava era o desenvolvimento do país e a diminuição da desigualdade social na educação superior, para isso, pretendia-se ampliar as vagas em universidades públicas e gratuitas em oposição ao crescimento de instituições de iniciativa privada.

Durante o período de República populista a ideologia da democracia liberal que conduz o governo vai na direção de conceber a educação como um direito de todos e que está sob responsabilidade do Estado. Segundo Oliveira (2013), a educação, na perspectiva da democracia liberal, é o meio pelo qual se prepara técnicos e educa-se para a democracia, como também é adequado contra as ditaduras, sejam elas de direita ou esquerda. Travou-se uma luta ideológica entre grupos econômicos dominantes e setores populares, que teve a educação como alvo.

Apesar da característica conservadora da educação, Oliveira (2013) observa que houve durante esse período um movimento de abertura, expansão e massificação da educação superior. O autor destaca que embora não houvesse, concretamente, uma democratização do setor educacional, ampliou-se as oportunidades de acesso.

Com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, governo que vai de 1950 a 1954, iniciou-se o processo de federalização da educação superior, o que possibilitou a expansão; iniciou-se também a gratuidade da educação superior, pois foi um governo que ampliou as despesas públicas com a educação; houve a ampliação de vagas nos cursos existentes e a criação de novos cursos.

Contudo, com base nas Reformas de Gustavo Capanema, foi aprovada a LDB, nº 4.024 de 1961, voltada aos interesses privados e conservadores, legitimou o sistema já existente estabelecendo mecanismos de controle da expansão e do conteúdo a ser trabalhado na educação superior (SANTOS, 2009). Para Shiroma (2011, p. 25), a promulgação da LDB/61 revelou a submissão do Estado aos interesses conservadores, além de apoiar as iniciativas privatistas e trazer “sérios prejuízos quanto à distribuição de recursos públicos e à ampliação das oportunidades educacionais”.

Com um discurso de preservação da democracia brasileira e em nome da segurança nacional, em 1964 houve o Golpe pelo qual os militares tomaram o poder. O objetivo era conter a onda socialista que varria o mundo e garantir o capitalismo no país. Tendo o controle político e ideológico, o Regime tornou educador e educando em capital humano, a educação servia para formação desse capital, traçou-se um vínculo estreito entre educação e trabalho, a fim de acelerar o desenvolvimento econômico do país. Para tanto, as reformas empreendidas pelos governos durante a ditadura militar respaldaram-se nas recomendações de agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte americano (SHIROMA, 2011).

O resultado da política econômica desenvolvimentista foi o denominado “milagre econômico”, na década de 1970, que estabilizou a inflação, possibilitou ao país a entrada da agenda das grandes economias mundiais. Assim, aumentavam-se os recursos federais e o orçamento destinado a educação, não necessariamente pública. Por conseguinte,

O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal. O setor público não se preparou para esse momento do ensino superior. Já o setor privado foi capaz de absorvê-lo, porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o

ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação (SANTOS, 2009, p. 6).

A política educacional brasileira durante a ditadura militar estruturou-se basicamente na forma de duas leis, além de decretos-leis e portarias: a lei da Reforma Universitária, nº 5.540/68; e a lei nº 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º graus.

A reforma da educação superior respondia à demanda de ampliação das vagas, ao mesmo tempo em que pretendia formar mão de obra qualificada para os altos cargos da administração pública e da indústria a fim de dar continuidade ao processo de modernização do Brasil (SHIROMA, 2011). Três anos depois da Reforma Universitária foi implementada a reforma do ensino primário e secundário que, enquanto garante a formação e qualificação mínima das classes trabalhadoras e promove a profissionalização de ensino médio, também contém a crescente demanda sobre a educação superior (VIEIRA, 2011). Com a profissionalização no 2º grau tornada obrigatória, os alunos das classes populares ingressam no mundo de trabalho antes de chegarem à universidade.

Quanto à expansão da oferta da educação superior, a reforma universitária permitiu a transferência de recursos públicos para instituições privadas, o que, segundo Shiroma (2011, p. 32) “beneficiou seu crescimento indiscriminado por todo o país e com controle governamental praticamente zero.” Por isso, Oliveira (2013) afirma que a expansão durante o regime militar ocorreu principalmente por meio da iniciativa privada e em estabelecimentos isolados de ensino.

Conforme Shiroma (2011) a política desenvolvimentista deu à educação um enfoque economicista – racionalidade empresarial e seus critérios de produtividade e eficiência – para atender os interesses econômicos vigentes, era necessário acelerar o processo de desenvolvimento econômico, para isso o planejamento da educação era feito por economistas, o que deixou legado nos anos 1990.

As políticas educacionais empreendidas no período Ditatorial no Brasil implementaram elementos que ainda vigoram na estrutura e organização da educação superior brasileira, como por exemplo: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, extinção da cátedra e introdução do regime integral e dedicação exclusiva dos professores, criação do sistema de créditos, estruturação departamental e a semestralidade.

Vieira (2011) relata que a relação entre mudanças políticas e mudanças educacionais nem sempre são explícitas, porém, as primeiras exercem forte influência sobre as segundas. Assim, é seguro dizer que o modelo político-econômico vigente na década de 1990 teve forte impacto nas políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal brasileiro. No mesmo sentido, Shiroma afirma que

Uma análise das políticas sociais se obrigaria a considerar não apenas a dinâmica do movimento do capital, mas os antagônicos e complexos processos sociais que com ele se confrontam (2011, p. 9).

As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais que aconteceram na última década do século XX no Brasil, como da mesma forma ecoam na trajetória da educação superior brasileiro, foram fundamentais para o cenário atual do sistema educacional brasileiro. O país foi palco de reformas orientadas pelo mercado, transformações recomendadas e monitoradas por organismos multilaterais como, por exemplo, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tais instituições e entidades fazem prognósticos e diagnósticos adequados às soluções neoliberais encontradas para a crise do Estado de bem-estar e a fim de garantir seus propósitos salvacionistas, principalmente em países periféricos (SGUISSARDI, 2000).

Em um estudo recente a respeito das políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação superior na primeira década do século XXI, o artigo de Santos (2009) faz um apanhado geral das políticas implementadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Durante o octênio FHC houve a promulgação de uma nova legislação educacional brasileira, a qual define os contornos atuais da educação no país. Santos (2009), citando Cunha (2003), elenca as principais ações direcionadas a educação superior durante o governo FHC, algumas destas são: conjunto de leis regulando mecanismos de avaliação; criação do Exame Nacional do Ensino Médio, como alternativa ao vestibular tradicional; criação do “Provão”, avaliação da Educação Superior para o estabelecimento de padrões de referência para a organização acadêmica das IES.

Em meados da década de 1990 o país passou a conviver sob uma nova legislação educacional. Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases 9.394, lei geral da educação brasileira. Porém, Shiroma (2011) lembra que antes, e mesmo depois da LDB houve leis, decretos, medidas provisórias, portarias e resoluções que definiram os rumos da educação superior. Exemplo deste fato é o Decreto 2.306 de 1997, o qual flexibilizou e ampliou o conceito de instituição de educação superior.

O decreto 2.306/97 estabelece que apenas as IES organizadas na forma de universidade sejam obrigadas a associarem o ensino, a pesquisa e a extensão, exigência a que não estão sujeitas as demais formas não universitárias de educação superior, que ficam assim classificadas: I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades; e V – institutos superiores ou escolas superiores.

O arranjo de IES mencionado acima possibilitou a expansão de instituições de educação superior, sem entretanto haver preocupação com a qualidade do ensino que era ofertado por essas instituições. Afinal, outras instituições que não se caracterizavam como universidades estavam desobrigadas de estruturar-se sob o tripé ensino, pesquisa, extensão.

As instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Os empresários, donos dessas instituições, não tinham nenhum comprometimento com a educação e viam na necessidade imediata, por parte de um grande percentual da sociedade, da obtenção de um diploma a oportunidade para ganhar muito dinheiro. Pragmaticamente, esse fenômeno ocorreu na região mais rica do país, o Sudeste, enquanto que no Norte e no Nordeste o ensino ficava a cargo, quase que completamente, do setor público. O setor privado não tinha grandes preocupações com a pesquisa e nem com a qualidade do ensino (SANTOS, 2009, p. 6).

A esse respeito, Shiroma (2011) destaca que na década de 1990, do atendimento à oferta de educação superior, a rede particular correspondia a 66,97% dos alunos, enquanto à rede oficial cabiam os restantes 33,07%.

O decreto de 1997 foi revogado pelo Decreto nº 3.860, de 2001, e atualmente, o Decreto que dispõe sobre regulação, avaliação e supervisão de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino é o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. De acordo com o art. 12 deste decreto, quanto à organização e prerrogativas acadêmicas as instituições de educação superior serão credenciadas como: I - faculdades; II -

centros universitários; e III - universidades. Porém, são ainda classificados como IES os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e os Centro Federais de Educação Tecnológica (Cefet), contados no Censo da Educação Superior, realizado anualmente.

Shiroma considera da seguinte forma a que levou as reformas educacionais empreendidas durante a história da educação brasileira, sobretudo, as implementadas ao longo da década de 1990:

[...] capacitação de professores foi traduzida como profissionalização; participação da sociedade civil como articulação com empresários e ONGs; descentralização como desconcentração da responsabilidade do Estado; autonomia como liberdade de captação de recursos; igualdade como equidade; cidadania crítica como cidadania produtiva; formação do cidadão como atendimento ao cliente; melhoria da qualidade como adequação ao mercado, e, finalmente, o aluno foi transformado em consumidor (2011, p. 44).

Quanto ao governo Lula, merece destaque o pensamento de Santos (2009) ao falar a respeito da Reforma Universitária empreendida nesse período. O autor supõe que o governo, através de algumas ações e políticas implementadas pelo Ministério da Educação (MEC), vem realizando a reforma, alguns exemplos são: a implementação da lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a criação, por medida provisória do Programa Universidade para Todos (ProUni). Foi também durante o governo Lula que foi elaborado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O ProUni foi criado em 2004 e destina-se a concessão de bolsas, integrais ou parciais em instituições privadas de educação superior a estudantes de graduação e de cursos sequenciais de formação específica. A crítica feita ao ProUni diz respeito à isenção de tributos concedida às instituições que aderem ao programa.

O Reuni é um programa federal de expansão que propõe a ampliação do acesso e da permanência na educação superior. Instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o Programa pretende retomar o crescimento da educação superior pública, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Tal objetivo se dá por meio da ampliação de vagas nos cursos de graduação, na oferta

de cursos noturnos bem como a flexibilização dos currículos, no combate à evasão, entre outras medidas que almejam a diminuição das desigualdades sociais no país que influenciam no percurso escolar.

Programas e ações empreendidas pelo governo federal e que destinam-se ao acesso e permanência de estudantes na educação superior são, por exemplo: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que financia a graduação de alunos que economicamente não podem bancar as mensalidades do curso; o redimensionamento em 2009 do Exame Nacional do Ensino Médio, tornando-o etapa única ou parcial para ingresso nas IES; criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual possibilita a oferta da educação superior por meio da modalidade de educação à distância; o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), destinado à alunos de baixa renda matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior com o propósito de equalizar os obstáculos da permanência deste estudante aos demais por meio de assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, entre outros.

Contudo, Oliveira (2013) sugere que, apesar das intenções, não ocorreu efetivamente um rompimento com os ideais que fundamentam a organização social, isto é, a sociedade liberal-burguesa, na qual prevalece a livre competição e cuja seleção pretende arrematar alguns da sociedade heterogênea e desigual em que vivemos.

A dimensão discursiva presente na concepção dos modelos ou processos de seleção incorpora, muitas vezes, valores fundamentais como igualdade, democratização, seletividade, autonomia, qualidade, eficiência, excelência, liberdade, progressividade, elitização. Todavia, a dimensão discursiva, que procura legitimar cada modelo de seleção instituído, é negada pela própria essência do tipo de seleção que se promove numa sociedade marcada pela ausência da democracia social, econômica e política mais ampla (OLIVEIRA, 2013, p. 303).

Assim, a partir de 1990, no Brasil, é possível perceber na educação superior mudanças estruturais, administrativas e políticas, decorrentes da reforma universitária, bem como a transformação da cultura universitária, resultantes da implantação de uma nova ordem mundial, um novo modo de produção capitalista e das opções político-econômica assumidas pelos governos brasileiros em especial FHC, Lula e Dilma (SILVA JÚNIOR; CATANI, 2013).

4 O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

A seleção realizada pelo SiSU está diretamente relacionada ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por isso, entende-se como necessário um esclarecimento a respeito desse exame, seus objetivos e da transformação pela qual passou, caracterizando-se, em primeiro momento, como autoavaliação e avaliação diagnóstica da educação básica e, posteriormente, avaliação com o objetivo de credenciamento, isto é, tornou-se instrumento de seleção para o acesso à educação superior.

Fundamentada na Constituição Federal de 1988, a LDB promoveu a descentralização das tarefas executivas do governo federal, cabendo esta responsabilidade aos estados e municípios. A federalização permitiu ao Estado brasileiro assumir como competência sua a definição de políticas educacionais. Nesse contexto, surgem as avaliações em larga escala, concebidas como um mecanismo de promoção da qualidade de ensino na medida em que seus diagnósticos sobre a realidade educacional orientam a formulação de políticas públicas voltadas para a educação.

Durante a década de 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado, ampliado e fortalecido. Direcionado a avaliação da educação superior, em 1996 foi implementado o Exame Nacional de Cursos, conhecido também por Provão, o qual não é mais aplicado. Para avaliar os cursos superiores é realizado o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, sistema atualmente responsável pela avaliação da educação superior, institucionalizado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado para alunos ao final do ensino médio, com o objetivo original de oferecer ao aluno uma autoavaliação sobre seu percurso ao longo da educação básica e medir seus conhecimentos, posteriormente passou a caracterizar-se como uma avaliação alternativa ao vestibular.

A criação do ENEM é resultado do contexto da política de avaliação adotada pelo governo federal ao longo da década de 1990. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em seu artigo 9º, incisos V e VI, garante que:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

[...]

V – coletar, analisar, e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

A crítica que Shiroma (2011) faz aos sistemas de avaliação como SAEB e ENEM é o modo os resultados desses exames nacionais são divulgados e utilizados para que seja construído um *ranking* institucional, classificando as instituições entre melhores e piores, provocando uma comercialização do ensino. A educação é pensada e inserida na lógica do mercado, isto é, aqueles estabelecimentos melhores classificados, são aqueles mais procurados, aumentando assim a concorrência.

A pressão da avaliação externa desencadeia na educação básica um processo que é muito como no ensino superior: a disputa de candidatos por vagas nas melhores escolas. O processo de seleção dos melhores é sutil, a marginalização é dissimulada, um verdadeiro “*apartheid* educacional”, na arguta expressão de Roberto Leher (SHIROMA, 2011, p. 99, grifo da autora).

4.1 O Exame Nacional do Ensino Médio

O ENEM é uma avaliação criada em 1998 pelo Ministério da Educação com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino médio no Brasil. Para isso, é realizada uma prova anual aplicada em todo território nacional. O exame não é obrigatório, porém, é notável o aumento do número de matrículas após a adoção do ENEM como processo seletivo das universidades e para a participação em programas sociais voltados para a educação superior.

Uma característica sobre o ENEM observada por Oliveira (2007) é o fato de a prova inicialmente medir o nível do desempenho dos alunos ao final do ensino médio e tinha por objetivo a autoavaliação, isto é, o aluno concluinte tinha conhecimento do seu desempenho ao final da educação básica em relação aos demais estudantes brasileiros. A finalidade era proporcionar ao egresso do ensino médio um panorama geral da sua escolaridade ao final da educação básica, sendo

assim, avaliar se o estudante estava preparado para exercer sua cidadania, para o trabalho ou para a continuidade dos estudos.

Subsequentemente, o Exame passou a ter caráter de credenciamento, ou seja, o desempenho na avaliação é instrumento de seleção para o mercado de trabalho, para o ingresso em universidades e para participação em programas públicos, como por exemplo o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), entre outros.

Percebe-se por meio da evolução da aplicação do Exame ao longo dos anos que, posterior à criação do ProUni, em 2004, houve um aumento expressivo do número de inscritos e participantes, pois o número de instituições superiores de educação superior que passaram a admitir o ENEM como mecanismo de seleção também cresceu.

A fim de consolidar o ENEM, em 2009, o governo federal vinculou esta avaliação de abrangência nacional às metas de expansão da educação superior, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE). Assim, o MEC/INEP apresentou à Andifes a proposta de reformulação do Exame, a qual expõe os objetivos de democratizar o acesso às vagas de cursos de educação superior em IFES; possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Como justificativa para o redimensionamento do ENEM, o MEC apresentou em sua proposta uma tabela dos motivos alegados pelos candidatos para realizarem o ENEM. Os dados retirados do questionário socioeconômico do ENEM 2008 mostram que 73% dos candidatos tinham como motivação a oportunidade de entrar na faculdade ou conseguir pontos para o vestibular.

Tabela 1 - Motivos alegados para fazer o ENEM - Brasil - 2008

| Categorias de Resposta | Frequência Absoluta | Percentual | |
|--|---------------------|---------------------|--------------------|
| | | Todas as categorias | Categorias válidas |
| Para testar meus conhecimentos/ minha capacidade de raciocínio | 377.306 | 12,92 | 15,37 |
| Para entrar na faculdade/ conseguir pontos para o vestibular | 1.8111.079 | 62,02 | 73,79 |
| Para ter um bom emprego/ saber se estou preparado para o futuro profissional | 255.619 | 8,75 | 10,41 |
| Não sei | 10.481 | 0,36 | 0,43 |
| Subtotal | 2.454.485 | 84,04 | 100,00 |

Fonte: Proposta do novo ENEM – MEC com adaptações

A tabela acima apresentada não traz números dos questionários de resposta inválida, os que não trouxeram a informação e dos candidatos não entregaram o questionário socioeconômico.

Após sua reformulação, o ENEM passou a ser utilizado durante os últimos anos como instrumento principal para a participação em programas como o Sistema de Seleção Unificada, criado em 2010; o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SiSUTEC), lançado em 2013. Tanto o SiSU, quanto o SiSUTEC têm sua existência condicionada ao Exame.

O ENEM possibilita também a certificação de competências educacionais de jovens e adultos (ENCCEJA) para estudantes maiores de 18 anos, além de proporcionar ao estudante concorrer a bolsas de intercâmbio de graduação e pós-graduação em instituições de educação superior do exterior por meio do Ciência sem Fronteira.

A oportunidade de ingresso à educação superior por meio da utilização da nota do ENEM, entre outras, é a principal motivação para que os concluintes do ensino médio participem do exame. O número maior de inscritos para realização do ENEM a cada ano evidencia essa motivação.

Tabela 2- Série Histórica de inscritos e participantes no Enem – 1998-2007

| Ano | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | Total |
|-----------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Inscritos | 157.221 | 346.953 | 390.180 | 1.624.131 | 1.829.170 | 1.882.393 | 1.552.316 | 3.004.491 | 3.742.827 | 3.580.667 | 14.529.682 |
| Participantes | 115.575 | 315.960 | 352.487 | 1.200.883 | 1.318.820 | 1.322.644 | 1.035.642 | 2.200.618 | 2.783.968 | 2.742.548 | 10.646.597 |
| Faltosos | 41.646 | 30.993 | 37.693 | 423.248 | 510.350 | 559.749 | 516.674 | 803.873 | 958.859 | 838.119 | 3.883.085 |
| % Participação | 73,5 | 91,1 | 90,3 | 73,9 | 72,1 | 70,26 | 66,72 | 73,24 | 74,38 | 76,6 | 76,21 |
| % Faltosos | 26,5 | 8,9 | 9,7 | 26,1 | 27,9 | 29,74 | 33,28 | 26,76 | 25,62 | 23,4 | 23,79 |

Fonte: Portal INEP

Ao longo dos dez primeiros anos de aplicação do ENEM, foram contabilizadas ao todo mais de 14 milhões de inscrições, assim como observado na Tabela 2. As cinco edições seguintes, realizadas nos moldes apresentados pela nova proposta do ENEM, que modifica e redimensiona o Exame, de 2009 a 2013 contabilizam ao todo mais de 25 milhões de inscritos, condizendo com os dados apresentados na tabela 3.

Tabela 3- Série Histórica de inscritos no Enem – 2008-2013

| Ano | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | Total |
|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| Inscritos | 4.004.715 | 4.576.126 | 4.611.441 | 6.221.697 | 6.497.466 | 7.834.024 | 33.745.469 |

Fonte: Dados retirados do site do INEP

O Exame não é obrigatório, essa característica talvez explique porque o número de inscritos das primeiras edições era baixo, porém o caráter de credenciamento da prova fez com que o número de inscrições aumentasse, conforme aumentava também o número de IES que utilizam o ENEM como modelo alternativo de seleção de estudantes.

Segundo Oliveira (2013), a LDB/96 já direcionava para uma diversificação do acesso à educação superior quando substituiu o termo 'vestibular' por 'processo seletivo'. A criação do ENEM, desde o início já apontava para a diversificação dos modelos de seleção, uma vez que este surge como alternativa ou até mesmo, substituto do vestibular.

Após dez anos, em 2009, o MEC apresentou uma proposta de reformulação do ENEM à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). A nova proposta redimensionou o Exame e estabeleceu definitivamente a utilização do ENEM como forma de seleção nos processos seletivos das universidades públicas federais.

Assim, durante sua existência existem dois modelos do ENEM, o original, com perspectiva autoavaliativa e diagnóstica, e o atual, o novo ENEM, reelaborado para propiciar a democratização das oportunidades de acesso às vagas de cursos superiores em IFES, dentre outros objetivos.

Segundo Viggiano e Matos (2013) a proposta do ENEM está inserida na concepção de educação que foi adotada após a reforma educacional da década de 1990, isto é, que deixa de valorizar o conhecimento pelo conhecimento e reconhece a necessidade de desenvolver competências e habilidades. Nesse sentido, mais teoricamente do que na prática, passa a ser realizada a junção do saber e do saber fazer, "o conhecimento passa a ser uma nova forma de transformar o mundo e não apenas um conjunto 'morto' de dizeres memorizados" (Viggiano; Matos, 2013, p. 419)

O exame não foi modificado apenas em sua matriz e objetivos, mas também na sua aplicação. A prova antes constituída por 63 itens e realizada em um dia, agora passa composta por 180 questões, divididas em dois dias de realização do exame. São avaliadas cinco áreas de conhecimento: Ciências Naturais e suas tecnologias; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias; e Redação.

Com a mudança, mais instituições deram importância ao ENEM e passaram a utilizá-lo como instrumento seletivo, não necessariamente utilizando o Sistema de Seleção Unificada. Segundo a LDB, as IFES têm autonomia para decidirem seus critérios de seleção, por isso, o MEC deixa em aberto as alternativas nas Instituições para decidirem como pretendem utilizar a nota do ENEM: como fase única, com o Sistema de Seleção Unificada, informatizado e on-line; como primeira fase; combinado com o vestibular da instituição; como fase única para as vagas remanescentes do vestibular.

É o novo ENEM que possibilita a existência do Sistema de Seleção Unificada. Durante os cinco anos de realização da seleção de estudantes pelo SiSU, o número de instituições que utilizam o Sistema para selecionar seus estudantes mais que dobrou. Quando se diz instituições, as contempladas pelo SiSU são as universidades federais, as universidades estaduais, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federais de Educação Tecnológica.

Conforme aumenta o número de instituições que aderem ao SiSU, cresce também a cada ano o número de inscritos.

Tabela 4 – Evolução do Sistema de Seleção Unificada: número de instituições, vagas e inscritos

| Ano | 2010/1 | 2011/1 | 2012/1 | 2013/1 | 2014/1 |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Instituições | 51 | 83 | 95 | 101 | 115 |
| Vagas | 47.913 | 83.125 | 108.560 | 129.319 | 171.401 |
| Inscritos | 890.902 | 1.080.193 | 1.757.399 | 1.949.958 | 2.559.987 |

Fonte: Dados retirados dos sites: INEP; MEC; Portal Brasil

Segundo o Ministério da Educação, no primeiro semestre de 2014 foram ofertadas 171.401 vagas em 4723 cursos. 115 instituições de ensino superior participaram. Ainda segundo o MEC, a região que mais oferece mais vagas é o Nordeste (39,6% do total de vagas – 67.864 vagas), seguida pela região Sudeste (28,1% do total de vagas – 48.081 vagas), Sul (13% do total de vagas – 22.287 vagas), Centro-oeste (12,6% do total de vagas – 21.608 vagas), e por último o Norte (6,7% do total de vagas – 11.561 vagas).

4.2 O SiSU conforme a legislação

A proposta do novo ENEM, apresentada em 2009, permitiu a criação e implementação da Política do SiSU, sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação.

O documento administrativo que instituiu e regulamentou o SiSU pela primeira vez foi a Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Desde então, três outras portarias a respeito do Sistema foram lançadas. Atualmente, a Portaria do MEC que dispõe sobre o SiSU é a nº 21, de 5 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2012, contendo 38 artigos.

No art. 2º tem-se a definição do que é o SiSU, isto é, “o sistema por meio do qual são selecionados estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior” (BRASIL, 2012). A seleção é feita com base nos resultados obtidos pelos estudantes no ENEM realizado no ano anterior ao processo seletivo.

O SiSU é um processo de seleção autônomo dos demais mecanismos de acesso das instituições de educação superior. As instituições que optam por participar, formalizam este interesse por meio de Termo de Adesão. Os dados contidos no Termo de Adesão são usados para fins do processo seletivo do SiSU.

De acordo com o art. 5º, no Termo de Adesão deverão ser descritas pelas instituições participantes as condições de concorrência às vagas por elas ofertadas, além de informações referentes: aos cursos e turnos bem como o número de vagas ofertadas nos respectivos semestres; ao número de vagas reservadas segundo o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas); ao número de vagas e bonificações à nota do ENEM, decorrentes de ações afirmativas específicas da instituição; aos pesos e notas mínimas estabelecidos pela instituição para cada curso e turno, bem como para cada uma das provas do ENEM; aos documentos e procedimentos necessários para realização da matrícula dos estudantes selecionados. É estabelecido no parágrafo único do artigo que não podem ser oferecidas por meio do SiSU vagas em cursos que exijam teste de habilidade específica e na modalidade de educação à distância.

Concerne às IES, segundo o art. 8º, inciso IV, divulgar, em seu sítio eletrônico e em local de grande circulação de estudantes, o Termo de Adesão, assim como os editais divulgados pela SESu, entre outros.

A seleção acontece duas vezes ao ano, no início de cada semestre. As inscrições são gratuitas e feitas pela internet, por meio da página eletrônica do Sistema. Assim, às instituições não cabe cobrança de qualquer taxa relativa ao processo seletivo realizado no âmbito do SiSU, esclarecido no art. 8º, inciso I.

O processo seletivo compreende, em ordem sequencial: oferta de vagas pelas instituições; inscrição dos estudantes; classificação e seleção dos estudantes nas chamadas regulares – o número de chamadas e demais procedimentos são definidos pela SESu a cada processo seletivo do SiSU; classificação e seleção dos estudantes na lista de espera – composta pelos estudantes que confirmaram interesse durante o período estabelecido no edital; e lançamento, pelas instituições, das vagas ocupadas.

Como previsto no art. 12, os procedimentos citados acima são efetuados por meio do SiSU na internet, exceto a matrícula do estudante, realizada de acordo com os requisitos da instituição para a qual foi selecionado e a convocação dos estudantes em lista de espera, a qual é realizada pelas instituições de ensino.

As condições para inscrição no processo seletivo do SiSU são a participação no ENEM no anterior e atender as condições estabelecidas no edital do SiSU. O candidato que tem a nota de redação do ENEM zerada fica impedido de participar da seleção.

Ao se inscrever, o candidato pode optar por até duas vagas, especificando em ordem de preferência, as suas opções de vaga em instituição, local de oferta, curso, turno e a modalidade de concorrência. O estudante pode optar por concorrer, segundo o art. 15: às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei 12.711, de 2012, observada a regulamentação em vigor; às vagas destinadas às demais políticas de ações afirmativas adotadas pela instituição no Termo de Adesão; e às vagas destinadas à ampla concorrência. Para tanto, cabe ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos para concorrer às vagas.

Conforme o art. 14, o estudante não pode se inscrever em mais de uma modalidade para o mesmo curso e turno, na mesma instituição de ensino e local de oferta. O candidato pode alterar suas opções durante todo o período de inscrição, como também cancelá-la. Para fins de classificação a seleção será efetuada com base na última alteração realizada e confirmada pelo estudante no sistema.

Durante o período de inscrição são disponibilizadas as notas de corte para cada curso com base no número de vagas disponíveis e no total dos candidatos inscritos naquele curso, por modalidade de concorrência. A nota de corte, considerada pelo *site* do SiSU como menor nota para ficar entre os potencialmente selecionados, se modifica de acordo com a nota dos inscritos. Inscrever-se com base na nota de corte não garante a seleção para a vaga, pois ela

tem caráter informativo apenas, por isso se configura unicamente como referência no ato da inscrição.

A classificação dos estudantes é feita na ordem decrescente das notas na opção de vaga para a qual se inscreveram observando o limite de vagas, considerando a ponderação dos pesos estabelecidos pela instituição para cada uma das provas do ENEM e os bônus em vista das políticas de ações afirmativas da instituição. O resultado da seleção é divulgado no *site* eletrônico do SiSU na internet e nas instituições de ensino.

São realizadas duas chamadas regulares. O estudante que não foi selecionado pode continuar na disputa por vagas remanescentes – vagas não ocupadas nas chamadas regulares – para isso, deve manifestar o interesse em constar na lista de espera, conforme o edital da edição do SiSU. O estudante pode demonstrar interesse na lista de espera apenas para o curso correspondente à sua primeira opção. Constar na lista de espera não garante a vaga, mas a seleção e matrícula estão condicionadas à existência de vaga e ao atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

Segundo o art. 22, a seleção do estudante garante o direito à vaga para qual se inscreveu, entretanto é necessário ainda que candidato efetive a matrícula de acordo com os requisitos da instituição de ensino para a qual foi selecionado.

O SiSU é um sistema informatizado que possui o próprio *site*, por onde são realizadas as matrículas, e que também disponibiliza informações a respeito da seleção. No *site*, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.

5 O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA COMO FORMA DE ACESSO NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

O Decanato de Ensino e Graduação (DEG) tem como responsabilidade a supervisão e coordenação do ensino de graduação da UnB. A fim de garantir a qualidade do ensino, desenvolve políticas estudantis (UNB, 2013). A política de acesso pelo Sistema de Seleção Unificada, vinda do MEC, foi levada pelo DEG ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão normativo, deliberativo e consultivo da UnB.

Desse modo, neste capítulo é tratada decisão da Universidade de Brasília de aderir ao Sistema de Seleção Unificada como um de seus instrumentos seletivos.

5.1 Os instrumentos de seleção na Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília foi fundada em 1962. A primeira seleção para a UnB realizada por meio de vestibular tradicional aprovou 413 alunos (UNB, 2013). Os cursos oferecidos eram Direito, Administração e Economia, Letras Brasileiras e Arquitetura e Urbanismo.

Segundo a Carta de serviços da UnB ao cidadão, publicada em novembro de 2013, atualmente a universidade oferece 109 cursos de graduação. A universidade também atua na modalidade de ensino à distância em 31 municípios/polos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UnB tem seus cursos distribuídos em quatro *campi*, localizados em diferentes cidades do Distrito Federal, são elas: Brasília, Gama, Ceilândia e Planaltina.

Uma das características da Universidade de Brasília é o fato de trazer várias inovações para suprir deficiências do ensino superior (SALMERON, 2008) desde sua criação. Isso se concretiza na estrutura organizacional, nas formas de admissão, entre outros.

Segundo Salmeron (2008), a situação na qual a sociedade em que a universidade está inserida deve ser considerada para a organização universitária. Assim, os processos seletivos e as formas de ingresso devem também ser analisadas e decididos levando em conta o contexto social e momento histórico em que a universidade está inserida. Dessa forma é que a Universidade de Brasília se encontra como uma universidade inovadora e na vanguarda nos projetos de inclusão.

Em 1989 foi criado o primeiro curso noturno da Universidade de Brasília. Em 1995 a UnB criou o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como modalidade alternativa de acesso à educação superior e surge como iniciativa de amenizar o impacto do vestibular no ensino médio (UNB, 2013). O PAS consiste em três avaliações, realizadas ao término de cada ano do ensino médio. Segundo a Carta de serviços da UnB ao cidadão, o PAS permite mais tempo de preparo e dedicação aos estudos e tem contribuído para a melhoria do ensino médio na medida em que as escolas melhoram seu conteúdo curricular a fim de prepararem os alunos para a educação superior. Porém, não deveriam os vestibulares e avaliações de seleção se modelar conforme o currículo da educação básica?

Na perspectiva da inclusão e combate ao racismo a Universidade de Brasília, em 2004, foi a primeira Universidade Federal a realizar um vestibular reservando 20% das vagas para negros. No mesmo ano a UnB assinou um convênio com a Fundação Nacional do Índio para que 10 vagas, por semestre, fossem destinadas a estudantes indígenas (UNB, 2013). A UnB oferece ainda um benefício aos candidatos que concorrem aos cursos ofertados nos *campi* de Ceilândia, Planaltina e Gama. Neste caso, um bônus de 20% é acrescido à nota do candidato que tenha completado ao menos dois anos do ensino médio na região administrativa onde se localiza o *campus* para o qual concorre.

Quanto às formas de admissão, além do PAS já citado, a UnB opera com o vestibular, o qual surgiu junto com a criação da Universidade de Brasília. A seleção por meio do vestibular era realizada duas vezes ao ano, mas com a adesão da universidade ao SiSU, a partir de 2014 o vestibular passou a ser aplicado uma vez. Segundo o *site* da UnB, o vestibular, que ocorre no segundo semestre de cada ano, oferta 4.220 vagas.

Na 462ª Reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), dia 24 de junho de 2010, ficou deliberado que as vagas remanescentes do Vestibular e do PAS passariam a ser preenchidas pelo ENEM a partir do primeiro semestre de 2011.

Segundo o Parecer emitido pela Comissão CEPE que analisou a adesão do SiSU, a utilização do ENEM para preenchimento de vagas remanescentes

Não promove a adesão da UnB ao SiSU, pois simplesmente utiliza as notas do Exame Nacional para a classificação e posterior seleção de candidatos, estabelecendo regras específicas por meio de edital próprio (CEPE, 2012, p. 10).

Desde 2014 são utilizadas as notas do ENEM para o preenchimento das vagas que não foram ocupadas pelo PAS e pelo SiSU. O último processo seletivo adotado pela Universidade de Brasília foi o Sistema de Seleção Unificada.

Aos candidatos a cursos que exigem Certificação de Habilidade Específica (HE), a UnB realiza um vestibular específico para o preenchimento destas vagas. Conforme o *site* da UnB, os cursos presenciais que exigem tal Certificação são Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Design e Música. Como a seleção no primeiro semestre é realizada pelo SiSU, que não contempla

estes cursos, a Universidade adota uma seleção própria para esses cursos, com os mesmos critérios de classificação do SiSU, ou seja, baseada nos resultados obtidos no ENEM.

Para ingressar na UnB existem também a transferência facultativa, transferência obrigatória, intercâmbios e convênios.

5.2 A decisão de aderir ao Sistema de Seleção Unifica

Após essa primeira experiência de utilização do ENEM como alternativa de ingresso na Universidade de Brasília, o Decanato de Ensino e Graduação levou para discussão no CEPE a proposta de a UnB aderir ao Sistema de Seleção Unificada, baseado no aumento de IFES que adotaram o Sistema, a consolidação do ENEM e o estímulo/pressão do Ministério da Educação para a participação das instituições nesse mecanismo de seleção.

A discussão em torno da utilização do ENEM como forma de seleção via o sistema informatizado foi levada às unidades acadêmicas e seus colegiados, para que de maneira democrática a Universidade pudesse deliberar sobre o assunto. Além disso, a fim de que a discussão fosse aprofundada sobre o tema, para levantar informações e subsidiar a decisão do CEPE, uma Comissão do Conselho foi constituída para que fosse realizada análise e emitido um parecer a respeito do SiSU.

No Parecer, apresentado em 2012, é realizada uma reflexão e contextualização do momento atual do ENEM, das instituições federais que já aderiram ao SiSU, que não participam do SiSU, mas utilizam o ENEM como forma de seleção. São também expostas as formas de ingresso nos cursos de graduação da UnB até aquele momento. As quais foram expostas no subtítulo acima.

A Comissão, considerando

- Que a adesão ao SiSU pode constituir-se em uma oportunidade da UnB consolidar sua experiência com o ENEM como forma de ingresso, aperfeiçoando este mecanismo e viabilizando novas fontes de financiamento com os recursos do PNAES e que o SiSU garante autonomia à Universidade na manutenção das formas de ingresso atualmente adotadas e na definição de critérios próprios de seleção.
- Que a adoção do SiSU/ENEM combinado com ações afirmativas mostra o potencial dessa política pública como mecanismo que permite ampliar o acesso à universidade, reduzindo a elitização do

ensino superior e tornando as universidades acessíveis às camadas populares (CEPE, 2012, p. 24).

Em suas considerações finais, a Comissão recomendou que fosse mantido o PAS e o Vestibular como formas de ingresso primário na UnB; que a UnB incluísse o SiSU como forma de ingresso primário; que a porcentagem de vagas anuais fosse assim distribuída: 25% para o PAS, 25% para o SiSU e 50% para o Vestibular; que na utilização dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PANES) fossem criadas estratégias acolher os estudantes vindos de outras regiões geográficas bem como a assistência necessária a essas estudantes; entre outros.

Na 507ª Reunião Ordinária do CEPE, realizada em 11 de abril de 2013, foi aprovada a adesão da Universidade de Brasília ao Sistema de Seleção Unificada.

No item 2.12 da ata da 507ª reunião do CEPE é abordada a adesão ao Sistema de Seleção Unificada para ingresso na Universidade de Brasília. A proposta foi aprovada com trinta e seis votos favoráveis, seis contra e duas abstenções. Pela ata da Reunião é possível perceber preocupações e opiniões, contrárias e favoráveis, à adesão da Universidade de Brasília ao SiSU.

No debate foram citadas a pressão política e econômica, advindas respectivamente do Ministério da Educação e do PNAES, para que a universidade passe a utilizar o Sistema e, assim, receber recursos financeiros para investir nas políticas de permanência. Alguns conselheiros demonstraram desconforto com essas pressões exercidas para que a decisão fosse logo tomada, enquanto isso, outros acreditam que o ENEM e o SiSU vêm se constituindo como mecanismo democrático de acesso à educação superior.

Era preciso que uma posição e decisão fosse tomada a respeito do tema para que a UnB pudesse organizar-se e o SiSU fosse implementado a partir do primeiro semestre de 2014, caso contrário, a seleção via SiSU na universidade seria adiada por mais um ano.

Quanto à postura das unidades acadêmicas sobre a proposta do CEPE, foi exposta a opinião contrária assumida pela Faculdade de Educação. A FE entende que a lógica na qual as instituições adaptam seus currículos conforme o que é cobrado nos processos seletivos de acesso à educação superior deveria ser inversa, isto é, os instrumentos de seleção se reformulam conforme o currículo estipulado para o ensino médio. Com a adesão da UnB ao SiSU, a Universidade

passa a ter diferentes mecanismos que apesar de, em comum, têm o objetivo de selecionar alunos, não avaliam as mesmas habilidades e competências, possuem diferentes princípios e caracterizam-se como processos distintos, não por isso menos desiguais na maneira como selecionam. Dessa forma, os alunos são avaliados de forma diferente, tendo que se preparar para os diferentes mecanismos que a universidade adota para seleção.

Alguns membros veem o SiSU como um sistema concentrador, que afeta a autonomia universitária. Há também a preocupação com o impacto na universidade decorrente do aumento de alunos, ainda que a UnB receba verba para a adesão, pois não há garantia que sempre haverá recurso disponível, existindo a possibilidade de suspensão dos recursos caso ocorra uma crise.

Outras preocupações que cercaram a discussão foram: a eliminação do vestibular no primeiro semestre, e, com a adesão ao SiSU, a Universidade ter muitas formas de ingresso ao mesmo tempo, dificultando futuramente encontrar a falha se houver algum problema; o fator qualidade das provas do ENEM em relação às provas do vestibular e do PAS; o propósito para o qual o ENEM foi criado e o como houve transformação dos objetivos.

Do lado favorável à abertura da UnB à Seleção Unificada encontram-se opiniões como a de que o ENEM tem sido a forma de estudantes de escolas públicas entrarem na universidade, conseqüentemente, atende à uma classe menos favorecida, constituindo-se como uma questão democrática.

Um membro do conselho deixou de sobreaviso a questão da assistência estudantil e a necessidade de identificar as fragilidades dos alunos ingressantes a fim de que a Universidade consiga intervir para evitar a evasão, independente do sistema de ingresso desses alunos.

Apesar das opiniões divergentes, membros que queriam a suspensão do debate ou que a tomada de decisão fosse adiada, houve a votação e desde então o SiSU é um instrumento seletivo da Universidade de Brasília. A decisão tomada foi entendida por alguns membros do Conselho como conservadora e que demonstra que há preocupação em relação ao impacto dessa decisão para a Universidade.

A admissão culminou na Resolução do CEPE nº 106/2013, de 7 de maio de 2013. Esta Resolução, em seu art. 1º, aprova a adesão da UnB ao SiSU, com reserva de 25% das vagas anuais a partir do primeiro semestre letivo de 2014.

5.3 Primeiro ingresso na Universidade de Brasília via Sistema de Seleção Unificada

Em dezembro de 2013 foi lançado, pelo Cespe/UnB, o edital de abertura de seleção para preenchimento de vagas em cursos de graduação da UnB no primeiro semestre letivo de 2014 por meio do SiSU.

Em 2014 a UnB adotou pela primeira vez ao SiSU como forma de ingresso nos seus cursos de graduação. Das vagas oferecidas para o primeiro semestre letivo de 2014, 50% são destinadas ao ingresso dos candidatos que realizaram o ENEM 2013. A outra metade das vagas foi preenchida pelo Programa de Avaliação Seriada – Subprograma 2011.

Os candidatos foram selecionados por sistema/ *campus*/ curso/ turno conforme o desempenho do ENEM 2013. A seleção foi realizada por meio de análise das notas obtidas no Exame Nacional, por intermédio do SiSU, prevalecendo o candidato mais bem classificado, conforme o Edital nº 4 – 1º acesso UnB/SiSU 2014, de 27 de dezembro de 2013.

No que diz respeito aos sistemas de vagas, a UnB realiza a seleção por meio de três opções: a Ampla Concorrência (Sistema Universal), o Sistema de Cotas para Escolas Públicas, conforme a Lei nº 12.711/2012, e o Sistema de Cotas para Negros. Para qualquer que seja o Sistema escolhido pelo candidato, este deve certificar-se que cumpre os requisitos estabelecidos, sob a pena de, caso selecionado, perder o direito à vaga.

Dentro do Sistema de Cotas para Escolas Públicas, há quatro subdivisões que reservam vagas para: candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*; candidatos com renda familiar superior a 1,5 salário mínimo *per capita*; candidatos que se autodeclarem pretos, pardos ou indígenas; e outros candidatos de escolas públicas.

Escola pública é definida, conforme os termos da LDB/96, art. 19, inciso I, como aquelas instituições que são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

A seleção pelo SiSU na UnB separa os cursos oferecidos em dois grupos. Conforme o grupo no qual o curso está inserido, será calculada a nota final (NF), a qual será obtida pela média aritmética ponderada das notas dos candidatos nas provas do Exame. Assim, respeitando a escala padronizada de 0,00 a 1.000,00

pontos utilizada pelo ENEM, cada grupo atribui pesos diversificados às provas que compõe o Exame, estabelece uma nota mínima e calcula diferente a nota final.

Desta forma, nos quadros 1 e 2, são apresentados o cálculo da nota final, os pesos a cada prova nos grupos nos quais se inserem os cursos e as notas mínimas para classificação:

Quadro 1 - Grupo I – Pesos e Notas Mínimas

| Prova | Peso | Nota Mínima |
|--|------|-------------|
| Redação (R) | 1 | 400,00 |
| Matemática e suas Tecnologias (MT) | 2 | 350,00 |
| Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LC) | 4 | 350,00 |
| Ciências Humanas e suas Tecnologias (CH) | 4 | 350,00 |
| Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CN) | 2 | 350,00 |

Fonte: Edital nº 4 – 1º Acesso UnB/SiSU 2014, CESPE/ UnB

A nota final dos candidatos que optaram por cursos pertencentes ao Grupo I é assim calculada: $NF = (R + 2MT + 4LC + 4CH + 2CN) / 13$.

Quadro 2 - - Grupo II – Pesos e Notas Mínimas

| Prova | Peso | Nota Mínima |
|--|------|-------------|
| Redação (R) | 1 | 400,00 |
| Matemática e suas Tecnologias (MT) | 4 | 350,00 |
| Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LC) | 2 | 350,00 |
| Ciências Humanas e suas Tecnologias (CH) | 2 | 350,00 |
| Ciências da Natureza e suas Tecnologias (CN) | 4 | 350,00 |

Fonte: Edital nº 4 – 1º Acesso UnB/SiSU 2014, CESPE/ UnB

A nota final dos candidatos que optaram por cursos pertencentes ao Grupo II é assim calculada: $NF = (R + 4MT + 2LC + 2CH + 4CN) / 13$.

Se selecionados, os alunos deveriam comparecer à Universidade, no período estipulado para fazer o registro no curso, apresentando os documentos exigidos pela instituição e assim, garantir a vaga. O aluno selecionado que não comparecer para efetivar o registro no prazo estabelecido ou que não apresentarem a documentação exigida perde o direito de ingresso na Universidade. O edital abre a possibilidade de o registro acadêmico ser realizado por terceiros, exigindo para tal ato, uma procuração simples de próprio punho do candidato, além da apresentação dos documentos pré-estabelecidos.

Em setembro de 2014, o Cespe/UnB divulgou um Boletim Informativo a respeito da primeira seleção por meio do SiSU realizado na UnB. Foram ofertadas 1.986 vagas em 88 cursos de graduação, nos quatro *campi* da Universidade: Darcy Ribeiro, Gama, Ceilândia e Planaltina. Nos cursos ofertados, nos turnos integrais e noturnos, todas as vagas foram preenchidas.

De acordo com o Boletim Informativo – SiSU 1/2014, pelo Sistema Universal foram selecionados 1.170 estudantes, 295 pelo Sistema de Cotas para Negros e pelo Sistema de Cotas para Escola Pública, em suas 4 possibilidades, foram selecionados, ao todo, 521 candidatos.

No Boletim são apresentados ainda dois quadros que apresentam, um, a distribuição de ocupação das vagas nos cursos e sistemas, e o outro, as notas de corte nos cursos e sistemas. Pelo sistema Universal, as notas de corte variam entre 653,35, nota do curso de corte Pedagogia noturno, e 818,31, nota de corte do curso de Medicina integral. Segundo o Boletim, o curso de Medicina na UnB foi o mais concorrido do país.

Segundo o Jornal Correio Braziliense, na primeira seleção por meio do SiSU na Universidade de Brasília os dez primeiros colocados vêm de escolas particulares. Desses alunos, aprovados em medicina, três são do Distrito Federal, os outros sete vêm de outros estados do país.

Segundo a reportagem, foram quase 60 mil inscritos concorrendo a 1.986 vagas, fazendo com que a concorrência de todas as graduações fosse de 30 candidatos por vaga.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho proponho um estudo sobre o Sistema de Seleção Unificada, criado em 2010, portanto, um tema recente e pouco aprofundado. Ainda mais recente é a adesão da Universidade de Brasília ao SiSU. Houve, até o fechamento deste trabalho, apenas uma seleção de estudantes para a UnB através do Sistema, a qual aconteceu no primeiro semestre de 2014.

Para estudar o tema, opto por uma abordagem qualitativa de pesquisa, sabendo que, conforme Schmidt (2008) é necessário relevar neste tipo de abordagem as conexões entre ética, política e ideologia, isto é, ainda que a ética seja elemento primordial para a pesquisa, ela não se faz isolada e neutra aos efeitos políticos e ideológicos produzidos na e pela sociedade.

A conexão entre ética, política e ideologia neste tema relaciona-se ao fato de que o SISU se configura como uma política de acesso à educação superior construída no contexto de um governo.

Contudo, no momento da reflexão e crítica, é importante encontrar o equilíbrio, por meio do qual, considerando as diversas perspectivas, o tema é problematizado “sem que diferenças consolidem posições hierárquicas, valorizadas em termos de mais e de melhor” (SCHMIDT, 2008, p. 48).

Assim, a abordagem qualitativa neste trabalho se dá por sua característica de preocupar-se com a compreensão e interpretação do tema abordado, no caso, o acesso à educação superior por meio do Sistema de Seleção Unificada. Para isso, quanto às fontes, procedo com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental e quanto aos objetivos, utilizo a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa, pois os tipos de pesquisa não são excludentes, mas adotados conforme o objetivo a ser alcançado (GONSALVES, 2007).

Segundo Gonsalves (2007), a pesquisa descritiva busca descrever as características de um objeto de estudo. A pesquisa explicativa identifica os fatores que contribuem para a ocorrência e o desenvolvimento de um fenômeno, busca-se as fontes, as razões para este acontecimento.

Segundo Gil (2008), pesquisas descritivas e exploratórias frequentemente se constituem etapa prévia indispensável para se obter explicações científicas, desse modo, não significa que estes tipos de pesquisa tenham menos valor, pois o

conhecimento científico assenta-se nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos.

As pesquisas bibliográfica e documental são próximas, o que as diferencia é a natureza das fontes, isto é,

A pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre um assunto, atentando para fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (GOLSALVES, 2007, p. 38)

Utilizar a pesquisa documental significa reconhecer que documento corresponde a informações sistematicamente registradas em material durável, podendo ser comunicadas de diferentes maneiras (GOLSALVES, 2007), e acaba por permitir uma ressignificação, já que se trata de utilizar dados que não foram analisados, ou seja, são fontes primárias sobre o assunto, como portarias, leis, resoluções, entre outros. Dessa forma, o pesquisador acaba por, consciente ou inconscientemente, deixar sua marca e interpretação.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, periódicos, informações de *sites*, entre outros. De acordo com Gonsalves (2007), a finalidade de usar a pesquisa bibliográfica é ter contato com o que já te produziu a respeito do tema da pesquisa.

Neste trabalho foi realizada ainda uma entrevista semiestruturada com base em um roteiro produzido que encontra-se no apêndice 2 ao final deste trabalho. A entrevista foi realizada com apenas um sujeito, visto que seu objetivo foi obter informações úteis e dados que complementassem a pesquisa e a análises apresentadas nesse trabalho. A transcrição editada da entrevista encontra-se em anexo. A identidade do sujeito entrevistado será mantida em sigilo conforme propõe o Termo de Consentimento apresentado no apêndice 1.

A partir das pesquisas, leituras e análise de conteúdos foi possível fazer inferências e interpretações, que permitiram detectar as mudanças estruturais e o que permanece em relação ao acesso à educação superior, as relações e expectativas que construídas com relação à democratização do acesso via políticas públicas como o SiSU, entre outras.

7 ANÁLISE CRÍTICA DO SISU COMO POLÍTICA DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR E O CASO DA UNB

A conceituação de democratização da educação superior varia entre os autores especialistas no tema. Sousa afirma que esse conceito pode ser traduzido em duas vertentes: “como sinônimo de ampliação da oferta ou como expansão vinculada à mecanismos de seleção e diversificação do ingresso”.

É possível perceber, nos últimos anos, no Brasil um movimento de diversificação das formas de ingresso em IES, e assim, o surgimento de modelos alternativos de seleção na busca por equidade nas oportunidades de acesso à educação superior. Contudo, Oliveira (2013) afirma que independente da forma de seleção, vestibular tradicional ou formas alternativas, não é possível democratizar a universidade, pois para esse autor, o problema está enraizado na injustiça social, por isso, é necessário, primeiramente, democratizar a sociedade. O sistema de ensino é apenas reflexo desta sociedade desigual. Dessa forma, a democratização da educação superior, passa, fundamentalmente, pela oferta de uma educação básica de boa qualidade para todos. Para Oliveira,

a democratização das oportunidades educacionais não se faz com a expansão desordenada de vagas, com a privatização do ensino e com o descompromisso com a qualidade; essa democratização implica uma democratização efetiva dos demais setores da vida social. (2013, p. 298).

Uma política pública é avaliada após sua implementação e pelos seus resultados concretos, apesar das suas intenções de solucionar um problema público. Desse modo, temos ainda poucos estudos sobre a mobilidade estudantil provocada pela reformulação do ENEM, a respeito dos inscritos e selecionados pelo SiSU, entre outros. Apesar da impossibilidade de, por enquanto, realizar uma avaliação, é possível inferir interpretações em cima de alguns dados já disponibilizados.

Questiono se usar uma prova que avalia a educação básica seria a melhor maneira de selecionar alunos para a educação superior, sendo que a educação básica ofertada é desigual entre os estados e regiões do país. Não há uma concorrência e seleção justa. Dessa forma, é possível afirmar que, no Brasil, não há um Sistema Nacional de Educação, mas sistemas de ensino que se sobrepõem fundamentados no princípio do federalismo de regime colaborativo, caso

contrário os índices da educação básica não seriam díspares entre as regiões brasileiras.

Os resultados do 3º ano do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013, obtidos pelo SAEB, revelam a heterogeneidade da educação nacional. Segundo o INEP, considerando as redes públicas e privadas, o Ideb mais alto para ensino médio foi do estado de São Paulo, com a nota 4,1, enquanto o menor foi o do estado do Pará, nota 2,9. Esses resultados também são refletidos no desempenho no ENEM, e conseqüentemente no acesso à educação superior de alunos das diferentes regiões brasileiras.

Em nota, a diretoria do Sindicato Nacional do Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), problematiza a ideia de que estudantes de diferentes regiões da Federação possam chegar a ter o mesmo desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio sendo que “partem de realidades e recursos completamente distintos, manifesto, por exemplo, nas dimensões: estrutura física, pedagógica, trabalhista e social”. A diferença por região no desempenho dos candidatos inscritos no ENEM é tema de pesquisa apresentado por Viggiano e Matos (2013), que realizaram um estudo denominado “O desempenho de estudantes no ENEM 2010 em diferentes regiões brasileiras”.

Após investigação e comparação dos desempenhos dos estudantes de cada região geográfica do Brasil em cada prova que compõe o Exame realizado em 2010, os pesquisadores apontam como resultado três grupos de desempenho dentro do país: superior, no qual estão as regiões Sul e Sudeste; médio, composto pela região Centro-Oeste; e inferior, formado pelas regiões Nordeste e Norte.

A pesquisa também aponta que a educação brasileira tem muito que avançar, pois os dados indicaram que em nenhuma das áreas de conhecimentos o desempenho chegou ao mínimo aceitável, isto é, ao índice de 59% de aproveitamento.

A conclusão do estudo de Viggiano e Matos (2013) é de que, em 2010, em todas as áreas do conhecimento, exceto em Redação, as regiões Sudeste e Sul tiveram um desempenho considerado superior ao Norte e ao Nordeste. Sendo assim, as condições de oferta da educação nas diferentes regiões influenciam no desempenho dos estudantes no ENEM.

De acordo com Viggiano e Matos (2013), a avaliação, no seu sentido geral interfere e até transforma o objeto avaliado. A avaliação voltada para a educação tende a influenciar no currículo, tanto em seus conteúdos quanto pressupostos.

Uma das propostas do ENEM é direcionar os currículos do ensino médio, em contrapartida há o risco de enrijecê-los, a partir do momento que o ENEM se torna o principal instrumento de seleção para educação superior, pois assim, os conteúdos trabalhados pelo ensino médio estarão voltados para a preparação e adestração dos estudantes ao Exame, isto é, quais as habilidades e competências que o estudante possui, mas quais destas são necessárias para entrar na educação superior. E nesse sentido, é preciso definir, e volta à discussão, qual a finalidade social do ensino médio.

Uma das críticas ao vestibular tradicional feita pela proposta do Novo ENEM do MEC é a maneira como ele acaba por orientar o currículo do ensino médio, o ENEM não se transformará no mesmo, se tornando um vestibular unificado? Em nota, o ANDES-SN problematiza o fato de que o currículo voltado para o Exame Nacional pode ainda homogeneizar a diversidade regional, já que todos estarão sendo preparados para o mesmo exame.

Se um currículo ou agrupamento de alunos será avaliado segundo determinados critérios, nada é mais coerente que buscar ensinar considerando justamente o que será apreciado. Por isso, é necessário que os objetivos da avaliação e do ensino estejam claros e explícitos [...] (VIGGIANO; MATOS, 2013, p. 418-419).

Apesar de apresentar-se menos conteudista e mais avaliador de competências e habilidades, ou seja, apresenta uma preocupação com a contextualização das questões, o ENEM não acaba com o vestibular, mas torna-se um, em proporção nacional. Santos (2011) aponta a nova realidade que desponta a partir da reformulação do ENEM: o surgimento de cursos preparatórios para o exame, indicando o sistema que ainda vê a educação, a aprendizagem e o saber como mercadorias. Nesse sentido, afirma também que “o treinamento para a realização da prova tirou o caráter inicial (do ENEM) de regular a qualidade” (SANTOS, 2011, p. 195).

Quanto ao fato de o vestibular trazer implícito o fato de favorecer candidatos com maior poder aquisitivo, a transformação do ENEM em processo seletivo continua a favorecer os já favorecidos, que frequentam as melhores escolas,

nos centros urbanos mais desenvolvidos economicamente, por consequência, estes obtêm as notas mais altas, podendo concorrer e assumir uma vaga de graduação em qualquer estado do país. Estes possuem maior informação sobre o processo de seleção, e possivelmente são capazes de sustentar-se em outra região.

Esse cenário já foi apontado em um artigo de Luís Augusto Fischer (2013), no qual há a informação de que esse mercado nacional, e mais concorrido, de vagas, o que tem acontecido é que os cursos mais disputados estão recebendo, em sua maioria, alunos dos estados mais ricos. Coincidentemente, ou não, na seleção unificada de 2013, o estado que mais exportou alunos foi São Paulo, mais de 4.800 alunos, seguido de Minas Gerais e, não surpreendentemente, estados economicamente menos desenvolvidos, como Acre e Roraima exportaram menos alunos, 24 e 19 respectivamente.

Esses números, segundo a lógica de Fischer, significam que “o SiSU está promovendo um desafogo para a carência de vagas nos estados mais fortes e mais populosos, à custa das vagas dos demais estados.” Assim, a iniciativa democratizante de que alunos de lugares mais pobres poderiam ocupar vagas de instituições localizadas em regiões mais ricas inverteu-se e alunos de regiões economicamente favorecidas, por não terem em seus estados vagas suficientes que atendam a demanda, estão ocupando as vagas de instituições de outros estados.

A proposta do SiSU, apresentada na forma do novo ENEM, propõe a mobilidade estudantil, porém, não necessariamente os alunos se estabelecem onde se formam, possibilitando o desenvolvimento social do local onde a instituição federal se encontra, ao contrário, voltam as suas regiões de origem, dando continuidade ao desenvolvimento daquela região e mantendo as relações de poder aquisitivo e desenvolvimento que já existem entre os estados brasileiros.

Não se trata de julgar o Sistema de Seleção Unificada como certo ou errado, mas apontar os dois lados desta política, que se apresenta necessária, eficiente e falha, ao mesmo tempo.

Com ou sem SiSU e políticas que tentam compensar e diminuir a desigualdade construída historicamente, a educação é um direito social, garantido pelo artigo sexto da Constituição Federal de 1988. Entretanto, se constitui direito público subjetivo apenas o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, isto é, educação dos 4 aos 17 anos, garantido pela Emenda Constitucional 59 de 2009, o que compreende educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Percebe-se,

então, que a educação superior não é concebida como obrigatória, não sendo responsabilidade do Estado garantir que os cidadãos tenham, ainda que de forma opcional, a oportunidade de acesso um curso superior pública e gratuita.

Na realidade, a oportunidade de chegar a um curso superior deveria ser a mesma, independente de formar-se em escola pública ou privada, porém, ainda há uma inversão, na qual uma parcela de alunos que saem de escolas públicas continua os estudos em instituições privadas de educação superior enquanto uma parcela de alunos que puderam investir em educação básica particular, ocupam as vagas de educação superior pública.

Os números de quantos jovens estão chegando a cursos técnicos, profissionais, de graduação, o número de quantas universidades aderem ao SiSU e quantos estudantes já ingressaram na educação superior via Seleção Unificada se converte em propaganda política, levando a crença de que a educação superior e a expansão das IES têm acontecido de forma harmoniosa, em boas condições de oferta e como se a oportunidade fosse a mesma, responsabilizando o aluno pelo seu sucesso escolar.

O número de inscritos no ENEM revela o desejo dos cidadãos de ingressar na educação superior, esta, porém, que não cresce na mesma proporção da demanda. O número de inscritos revela, também, que muitos acreditam na propaganda de que podem ocupar vagas em instituições superiores de educação se tiverem um bom desempenho, como se o indivíduo dependesse apenas dele mesmo para conquistar sua aprovação.

É importante não esquecer de olhar a educação de forma global, quero dizer, desde a educação infantil, passando pelos ensinamentos fundamental e médio, até então chegar à educação superior, ou seja, não se deve conceber o acesso à educação superior como a solução para corrigir as lacunas deixadas pela educação básica, mas gradualmente corrigir as carências desenvolvidas ao longo da história da educação brasileira, até que a equidade se estabeleça. As lacunas são os fundamentos da necessidade da existência de políticas afirmativas.

É nesse sentido que Lima (2013) aponta o dilema vivenciado pela universidade: ao mesmo tempo em que é central para o desenvolvimento social e econômico, também não pode alinhar-se de modo descriterioso às práticas na ordem social vigente, às políticas implementadas pelo governo federal, especialmente quando interfere diretamente sua estrutura e organização.

Para Oliveira (2013), quando o Estado centraliza o vestibular e o transforma no modelo único e unificado tem-se uma política que controla a vida universitária, e desse modo, atinge a autonomia universitária, garantida pela LDB/96, que possibilita às universidades decidirem sobre seus respectivos processos e critérios de seleção. Além disso, afirma, baseado em Coelho (1987), que o vestibular único e unificado está inserido em um contexto de redução de gastos, de barateamento do ensino, bem como o “da ampliação de vagas que, no entanto, não recebem investimentos proporcionais” (OLIVEIRA, 2013, p. 298).

O SiSU se configura como processo unificado, mas não único, havendo ainda alternativas de seleção para a educação superior. Entretanto, há universidades que já não utilizam destas outras opções, como vestibular tradicional ou seriado, aderindo integralmente à Seleção Unificada como sua única forma de ingresso. É necessário considerar a diversidade regional e social da população brasileira e, assim, criar oportunidades diferenciadas.

No caso da UnB houve respeito à autonomia da universidade, pois a política não foi de uma vez implementada, mas a discussão sobre a adesão do SiSU foi levada às Unidades acadêmicas e Colegiados, proporcionando a participação destas na tomada de decisão, consolidando um processo democrático.

Assim como em todo o Brasil os estudantes não precisam se deslocar de seus estados de origem para participarem dos processos seletivos das IFES, no DF, os candidatos não precisam vir para Brasília a fim de concorrer à uma vaga na UnB. O entrevistado entende que como parte da democratização do acesso o fato de o aluno de qualquer região do Brasil, sem precisar deslocar-se, poder concorrer a uma vaga na Universidade de Brasília.

Quanto à possibilidade de um aluno ser selecionado, mas por falta de condições não conseguir deslocar-se para Brasília para realizar o registro acadêmico na Universidade e por consequência, perder a vaga para a qual foi selecionado. Foi informado que sempre há abstenções nos momentos de registro acadêmico, porém, não há um estudo para saber os motivos da desistência, desse modo, se houve algum caso de aluno que não teve condições de sair de sua região para vir ao Distrito Federal realizar sua matrícula, a UnB desconhece.

Com a adesão ao SiSU, a Universidade passa a receber recursos do PNAES para investir e auxiliar na permanência dos seus estudantes. Os programas de assistência estudantil, relacionados à moradia, alimentação, entre outros, são

destinados a todos os alunos da universidade, depois que estes já estão registrados e cursando a graduação. Os alunos que ingressam pelo SiSU e precisam de auxílio para permanecer na Universidade, devem então recorrer aos programas já consolidados pela UnB.

Há instituições que ao decidirem participar do SiSU substituíram todos os seus processos seletivos, a UnB decidiu reservar um quarto de suas vagas para a Seleção Unificada. Segundo o sujeito entrevistado, alguns pontos que pesaram na decisão de reservar 25% das vagas para o SiSU são: a consolidação do Programa de Avaliação Seriada e a organização dos sistemas de concorrência do Sistema de Seleção Unificada.

A Universidade de Brasília pretende manter o PAS, pelo fato desta forma de seleção ter se consolidado de maneira positiva, tem proporcionado uma interação entre a universidade e as instituições de educação básica, além de, em um estudo, os alunos que ingressam pelo PAS ter apresentado uma melhor média do Índice de Rendimento Acadêmico. A universidade não tem pretensão de substituir seu processo seriado de seleção por uma seleção que é baseada em um Exame episódico que acontece apenas uma vez no ano. O entrevistado apontou que o ENEM e o Vestibular têm características muito semelhantes.

Dessa forma, a opção da UnB é de experienciar em primeiro momento e tomar uma decisão considerada conservadora, para que daqui algum tempo, seja possível realizar uma avaliação, voltando ao debate de aumentar o número de vagas ofertadas, talvez substituir o vestibular do meio do ano. Ainda não houve uma discussão a respeito da expansão do número de vagas ofertadas pelo SiSU.

Decerto, há o interesse na manutenção do PAS que têm em sua característica processual um elemento diferenciador. Para o entrevistado, não que o PAS seja uma avaliação formativa de fato, mas traz uma expectativa durante o processo de estar selecionando o aluno que ao longo do ensino médio se dedicou mais e teve uma formação regular. Aspectos socioeconômicos e culturais que interferem nesse processo a parte, é entendido que o SiSU precisa aprimorar-se e firmar-se para que a universidade tome novas decisões em relação aos seus processos de seleção no futuro.

Como apontado na entrevista, no modo como Sistema de Seleção Unificada está organizado, o sistema de cotas funciona como teto, assim, o candidato que opta por concorrer por este sistema, fica restrito aos demais. A

universidade de Brasília já se posicionou quanto a isso e enviou documento ao MEC propondo a revisão deste ponto. No entendimento da UnB, o sistema de cotas deve funcionar como piso, dessa forma, ainda que concorra pelo sistema de cotas, o candidato pode concorrer e ser selecionado pelo sistema de ampla concorrência. Afinal, pelo SiSU o candidato passa a concorrer com estudantes de todo país.

Sobre a decisão dos pesos estipulados para cada prova que constitui o ENEM, as notas mínimas e os grupos nos quais estão divididos os grupos, o entrevistado disse que a ideia dos pesos e dos grupos foi trazida da experiência que a universidade tem com o vestibular e com o PAS. Os pesos são diferentes de acordo com o grupo em que o curso está inserido. Os grupos estão voltados, um para a área das exatas, tecnologias, saúde e o outro voltado para a área das humanidades, das ciências sociais.

A ideia de estabelecer notas mínimas segue a lógica de que não entre para a universidade um aluno que deixou em branco ou zerou alguma das provas do ENEM. Na visão do sujeito da entrevista, não é uma pontuação muito elevada, mas que garante esse princípio de não entrar na universidade alguém que zerou alguma das provas que compõe o ENEM.

Quanto a divisão dos cursos, foi dito que é uma decisão cabível e pertinente. O entrevistado é favorável a uma formação geral dos alunos na educação básica, que atende às diversas áreas, de modo que o aluno não se especialize tão cedo e possa decidir sobre o curso e sua profissão de maneira consciente e com mais conhecimento. Dividir os cursos em dois grupos seria então priorizar as áreas que serão mais relevantes e necessárias para a formação do estudante.

Com relação às condições físicas e humanas das instituições de educação superior que aderem às políticas de inclusão e acesso advindas do governo federal para atender os alunos que entram na universidade pública, na perspectiva do entrevistado, a sociedade está em um ponto em que não se pode esperar as instituições estarem preparadas para depois dar oportunidades de acesso. Quando é implementada uma política, é causado um distúrbio no processo de organização e preparação das instituições, e esse sistema vai ter que dar conta. Para o sujeito entrevistado, o MEC sinaliza apoio para a adesão às políticas e, apesar do despreparo, sistema vai chegando a uma acomodação e com o tempo resolve os problemas causados pela falta de condições das instituições. No início,

sofre tanto o aluno por não encontrar o amparo imediato que precisa, quanto sofre a instituição por não estar preparada, mas em médio prazo isso se resolve.

A UnB realiza no início de cada semestre um acolhimento dos alunos, independente da forma de ingresso, e da comunidade universitária. Entretanto, foi relatado na entrevista que a Universidade de Brasília não estabeleceu uma política de acompanhamento aos alunos que são originalmente de outras regiões do país e ingressam na universidade via SiSU. A respeito do monitoramento de políticas educacionais, como o SiSU, Sousa (2009, p. 4) conceitua o monitoramento como “um processo permanente de coleta e análise de dados e informações”, possibilitando avaliar em que medida a política, ou programa ou projeto, acontece considerando o alcance dos objetivos traçados e resultados esperados.

O acompanhamento de processos e práticas deve ter suas diretrizes definidas no planejamento (SOUSA, 2009), porém a UnB ainda não se posicionou quanto ao levantamento dos dados e acompanhamento dos alunos selecionados pelo SiSU. Este acompanhamento não deve demorar muito a acontecer, para que daqui alguns anos seja possível, de fato, avaliar a implementação do SiSU na Universidade de Brasília.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema educacional brasileiro foi forjado para deixar de fora uma grande parte da população em idade escolar. Os números do censo da educação superior de 2013 revelam isso. Segundo o INEP, 30% da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos frequenta a educação superior.

Os processos seletivos de acesso como vestibular, ENEM, SiSU são instrumentos que permitem a alguns entrarem e que mantém fora da educação superior, pública e gratuita, a maioria, que, como alternativa, busca as instituições privadas ou se mantém fora da escola. O censo da educação superior de 2013 demonstra que as IES privadas são responsáveis por 74,0% do total de matrículas de graduação. Das mais de sete milhões de matrículas da educação superior de 2013, 1.932.527 foram realizadas em instituições públicas e 5.373.450 em instituições privadas.

Em 2014, foi apontado o quadro de que, na seleção do primeiro semestre pelo SiSU, a concorrência no sistema de cotas foi maior que a ampla concorrência, isto é, segundo o MEC, das 171.401 vagas disponíveis, 96.253 foram ofertadas para a ampla concorrência, 64.082 para a Lei de Cotas e 11.066 para ações afirmativas. O resultado foi 31,76 candidatos por vaga para aqueles que concorreram pela Lei de Cotas, 30,35 candidatos por vaga para aqueles que se inscreveram pelas ações afirmativas e 27,19 candidatos por vaga para aqueles que optaram pela ampla concorrência.

Mesmo com a concorrência, na maioria dos cursos, a nota de corte para inscritos pela ampla concorrência ainda é maior, sendo cobrados destes, então, um melhor desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio.

Infere-se que a tendência é a concorrência aumentar, pois o modo como a política do SiSU funciona leva a crer que o acesso à educação superior está ao alcance de todos que a almejam. Essa concorrência não é voluntária, mas é induzida pela forma como a política se estrutura e se apresenta.

Apesar da crítica à política do SiSU e da exclusão que ainda existe no acesso à educação superior é preciso relevar a história que forjou todo esse contexto. E ressaltar que apesar das falhas, tem havido um esforço de expandir e proporcionar o acesso à educação superior. Do mesmo modo, o SiSU é uma política

que necessitava ser instituída para que houvesse avanço na discussão sobre a democratização do acesso à educação superior.

Obviamente não será através de uma política que a educação superior será oferecida e disponível a todos que a ela desejam acessar. É necessária uma coligação de esforços, dos diversos atores que participam da formulação de políticas, não apenas da esfera estatal, mas também da sociedade civil. É necessário um pacto nacional pelo acesso, a permanência e o sucesso de todos que procuram a educação, em todos os seus níveis e modalidades.

Cabe ainda levantar questões como: com tantas finalidades, convém continuar utilizando o nome Exame Nacional do Ensino Médio? É compatível a um país diversificado como o Brasil realizar uma seleção unificada para a educação superior?

Considerando que este trabalho é introdutório, não responderá a questões e preocupações pertinentes sobre o tema. A respeito da política do SiSU, se fazem necessários estudos e pesquisas aprofundadas a respeito do acompanhamento e da evasão dos alunos aprovados pela Seleção Unificada.

Ainda que seja tema que carece de estudos, com os números apresentados de inscritos, de instituições, entre outros, certamente é uma política que permanecerá possibilitando ainda muitos estudos que darão uma visão da situação da educação brasileira. Afinal, é possível realizar vários desdobramentos a respeito do tema, como os efeitos de se ter uma segunda opção de curso, os alunos que são selecionados, mas não comparem nas instituições para efetivarem as matrículas, a respeito da nota de corte que serve de base e talvez influencie na escolha do curso na inscrição dos candidatos.

Por se tratar de uma política de acesso recente, de fato, somente daqui alguns anos será possível avaliar se a decisão de aderir ao SiSU foi uma deliberação acertada, os impactos dessa decisão, se a Seleção Unificada democratiza o acesso, se o ENEM atende aos seus objetivos. Todavia, não se deve fechar os olhos e começar a observá-la e estudá-la após sua estabilização, antes, perceber e acompanhar seu processo de construção e consolidação.

Por isso, foi lembrado na 507ª Reunião do CEPE na UnB que após a adesão ao Sistema de Seleção Unificada é indispensável um acompanhamento e estudo diante dos dados e indicadores que aparecerão, essenciais para esclarecer o

desempenho dos estudantes que entrarem via SiSU e o impacto da entrada desses alunos na Universidade de Brasília.

Parte 3 – Perspectivas

9 PERSPECTIVAS

E ali logo em frente a esperar pela gente o futuro está
E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar
Não tem tempo nem piedade nem tem hora de chegar
Sem pedir licença muda nossa vida
Depois convida a rir ou chorar
(Toquinho)

A graduação foi um período de amadurecimento em tantos sentidos, pessoal, humano, acadêmico, profissional. Não vou planejar todos os meus passos e meu caminho, porque sei que a qualquer momento os planos podem mudar, os caminhos se dividirem, portas fecharem e janelas se abrirem.

O que espero é ir atrás, aproveitar as oportunidades, e se elas não aparecerem, não me acomodar, mas me empenhar para concretizar na prática o que as teorias me fizeram acreditar. Por isso, pretendo trabalhar e pesquisar na área da educação, se possível, na Secretaria de Educação do DF ou alguma instituição da administração pública.

Para além, desejo um dia conseguir realizar um mestrado, pelo menos, para que eu possa atuar na formação de futuros professores e transmitir o que aprendi na graduação, que vai além de conteúdos, mas passa principalmente pelo reconhecer a responsabilidade e a importância dos educadores para o desenvolvimento humano, social e pessoal, saber que outra educação é possível, conseqüentemente reconhecer-se como essencial para a mudança, e assim dar valor a profissão docente e ter orgulho de dizer: eu sou professora, eu sou pedagoga.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília, DF: MEC. 1996
- _____; Ministério da Educação. *Reuni*. Disponível em:
<http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=2>. Acesso em: 13 outubro 2014.
- _____; MEC; Secretaria de Educação Superior. *Portaria Normativa n. 2*, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regula o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes.
- _____; *Portaria normativa n. 21*, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SiSU.
- CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (UnB). Aprova a adesão da UnB ao Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Resolução n. 106, de 7 de maio de 2013.
- _____. Ata da 507ª Reunião do CEPE realizada no dia 11 de abril de 2013.
- _____. Parecer referente ao Sistema de Seleção Unificada/Exame Nacional do Ensino Médio - SiSU/ENEM/MEC, de 22 de agosto de 2012. Relator: José Américo Soares Garcia
- CESPE. *Boletim Informativo: SiSU - 1/2014*. Disponível em:
<http://www.cespe.unb.br/vestibular/acessosisu_14_1/arquivos/Boletim%20Informativo%20SISU%202014.pdf>. Acesso em: 15 set 2014.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia a Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- EMERICK, G. D. *Aspectos da política de educação superior e formação profissional no Brasil*. Brasília: UnB/IPOL, 2006.
- FISCHER, L. A. *Luís Augusto Fischer apresenta um panorama sobre o Enem, o Sisu e o vestibular*. 2013. Disponível em:
<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/07/luis-augusto-fischer-apresenta-um-panorama-sobre-o-enem-o-sisu-e-o-vestibular-4199615.html>> Acesso em: 23 out 2014
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONSALVES, E. P. *Iniciação à pesquisa científica*. 4 ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.
- LIMA, E. G. S; CUNHA, F. L. S. J; SILVA; J. S. O. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes): reflexões e perspectivas. In: SOUSA, J. V (Org). *Educação Superior: cenários, impasses e propostas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013 (Coleção Políticas Públicas). p. 91-111.

LISBOA, A. P. *Os campeões do SiSU na UnB*. Correio Brasiliense. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/estudante/selecao_sisu/2014/01/16/Selecao_Interna,408128/os-campeoes-do-sisu-na-unb.shtml> Acesso em: 20 nov 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; INEP. *Censo da Educação Superior 2013*. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf> Acesso em: 03 nov 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Novo ENEM*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13318&Itemid=310> Acesso em: 8 mai 2014.

_____. Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília, DF, 2009.

_____. Sisu - Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16185&Itemid=1101> Acesso em: 5 mai 2014

OLIVEIRA, A. P. M. Trajetória da avaliação educacional no Brasil. In: _____. *A Prova Brasil no olhar de uma escola pública da Ceilândia Sul*. Brasília: UnB/FE, 2007. p. 29-43

OLIVEIRA, J. F. D. Acesso à educação superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: SOUSA, J. V. D. *Educação superior: cenários, impasses e propostas*. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 273-313.

RUA, M. D. G. *Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos*. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%200analisedepoliticaspUBLICAS.pdf>. Acesso em: 25 ago 2014.

SALMERON, R. A. As inovações introduzidas na Universidade de Brasília. In: _____. *A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965*. Brasília, DF: Edunb, 2008. p. 79-90

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. *Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes*. IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis: [s.n.]. 2009.

SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. *Educar em Revista*, Curitiba, p. 195-205, abr./jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n40/a13.pdf>> Acesso em: 18 set 2014

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERREIRO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luísa Sandoval; ZICKER, Fábio (Org). *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 47-52

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SGUISSARDI, V. O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas? In: SGUISSARDI, V (Org). *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000. p. 9-44.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. D.; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. A educação superior pública brasileira nas duas últimas décadas: expansão e mercantilização internacionalizada. In: SOUSA, J. V (Org). *Educação Superior: cenários, impasses e propostas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2013 (Coleção Políticas Públicas). p. 157-181.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *Novo ENEM: Por que a pressa?* (Nota da diretoria) Circular n. 082, de 04 de maio de 2009.

SISU. *Tire suas dúvidas*. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>> Acesso em: 5 mai 2014.

SOUSA, J. V. *A importância do monitoramento da avaliação de programas: foco nas políticas educacionais*. Brasília: CONSED, 2009. p. 1-11

SOUSA, L. V. M. e; SOUSA, J. V. *Democratização do acesso à educação superior: o caso da Universidade de Brasília – Campus de Planaltina*. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5476--int.pdf>> Acesso em: 30 out. 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; CESPE. Acesso aos cursos de graduação presenciais com vagas para o primeiro semestre de 2014 por meio do Sistema de Seleção Unificada do MEC. *Edital n. 4 - 1º acesso UnB/ SiSU 2014*, de 27 de dezembro de 2013.

_____. *Carta de serviços da UnB ao cidadão*. 2013. Disponível em: <http://www.unb.br/noticias/downloads/carta-de-servicos_cidadao.pdf> Acesso em: 03 nov. 2014

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. *Política Educacional no Brasil: introdução histórica*. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

VIGGIANO, E.; MATTOS, C. O desempenho de estudantes no ENEM 2010 em diferentes regiões brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos pedagógicos*. Brasília, DF, v. 94, n. 237, p. 417-438, mai/ago 2013.. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n237/a05v94n237.pdf>> Acesso em: 18 set 2014.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, _____, estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **A democratização do acesso à educação superior: o Sistema de Seleção Unificada como mecanismo de seleção na Universidade de Brasília**, cujos objetivos e justificativas são realizar uma análise sobre a adesão da UnB ao SiSU, bem como o acesso de estudantes à Universidade de Brasília via o Sistema Unificado.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder voluntariamente a uma entrevista semiestruturada. No mesmo sentido, declaro estar ciente de que sou livre para recusar a participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Recebi os esclarecimentos necessários sobre os possíveis desconfortos e riscos decorrentes do estudo, levando-se em conta que é uma pesquisa, e os resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. E permito a livre utilização das respostas para fins de estudo, publicações e eventos científicos.

Por fim, declaro ter sido informado e concordo em participar do estudo acima descrito. Assinei este documento em duas vias, sendo que uma ficará comigo e outra com a pesquisadora responsável pela coleta das informações.

Brasília, ____/____/_____

Assinatura do sujeito da pesquisa

Bruna Venturelli Machado
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como foi o processo de adesão da UnB ao SiSU?
2. Quais os aspectos positivos desta adesão?
3. Quais os principais entraves para a adesão da UnB ao SiSU?
4. O percentual de 25% das vagas anuais surgiu em que contexto?
5. Qual sua opinião sobre os pesos adotados pela UnB para cada prova que compõe o ENEM? Como foram pensados?
6. O que você acha da divisão dos cursos em dois grupos? De onde nasce essa divisão?
7. Qual é a sua opinião sobre a crítica de que as IES no Brasil que aderem as políticas de inclusão do governo federal não apresentam condições físicas e humanas para atender os alunos que entram na universidade pública?
8. A Universidade de Brasília possui alguma forma de acompanhamento dos estudantes que entram na universidade via SiSU?
9. Você acredita que o SiSU, como política pública, caminha para a democratização efetiva do acesso à educação superior?
10. Qual é a sua avaliação deste tipo de ingresso e quais são as perspectivas para essa forma de ingresso na UnB?

ANEXO

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Bruna (B): Boa tarde, meu nome é Bruna e estou terminando curso de pedagogia e como tema da monografia eu escolhi falar do SiSU, ver esse processo de adesão dentro da UnB, porque a primeira seleção pelo SiSU na UnB ocorreu esse ano, a ideia inicial era ver como ele tem ajudado a democratizar o acesso ao ensino superior, mas percebemos que ainda é muito cedo né, pra falar disso.

Interlocutor (I): Pra fazer uma avaliação.

B: Exatamente. Então vamos fazer um primeiro olhar sobre essa primeira seleção aqui na UnB dos alunos que entraram. Montei um roteiro e você fica à vontade pra responder.

I: Sim. Certo.

B: A primeira pergunta então: como foi esse processo de adesão da UnB ao SiSU visto que ele surgiu em dois mil e dez e a UnB só aderiu primeiramente em dois mil e quatorze.

I: Isso. Tomou a decisão em dois mil e treze.

B: Exatamente

I: O processo na Universidade de Brasília ele foi feito de modo democrático, no sentido de as unidades acadêmicas, institutos, faculdades tiveram oportunidade de opinar sobre se a Universidade deveria ou não aderir ao Sistema e em caso afirmativo em que medida, em que percentual de vagas o/ cada unidade julgava pertinente a UnB fazer essa adesão. A partir dessa manifestação das unidades acadêmicas o decanato de ensino de graduação fez uma sistematização das diversas propostas que vieram das unidades e encaminhou ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão pra análise e deliberação e o que foi então aprovado no final foi que vinte e cinco por cento das vagas anuais seriam destinadas ao SiSU, que corresponde à metade das vagas do primeiro semestre de cada ano então a decisão que tá posta é essa. Isso foi em dois mil e treze, no primeiro semestre de dois mil e treze essa decisão foi tomada pra vigorar a partir do primeiro ingresso de dois mil e quatorze.

B: Então os vinte e cinco por cento ele surgiu das...das reuniões?

I: Vinte e cinco por cento foi o percentual mais comum que veio das unidades acadêmicas, dos colegiados né das unidades acadêmicas. Na estatística é a moda,

o valor que aparece mais frequente...então o valor que aparecia com mais frequência foi o vinte e cinco por cento então teve proposta de vinte de cinquenta de trinta e aí acabou sendo a decisão do CEPE acatar os vinte e cinco por cento que era o mais frequente das propostas.

B: E quais os aspectos positivos dessa adesão?

I: Bom, primeiro a Universidade de Brasília era uma das poucas federais que ainda não tinha feito a adesão ao Sistema então, não tinha tomado essa decisão, muitas já radicalizaram, substituíram todo o seu processo seletivo pelo ingresso via SiSU usando a nota do ENEM. A Universidade de Brasília então ainda não tinha tomado essa decisão então acho que o primeiro ponto positivo foi se posicionar, não tinha se posicionado em relação a essa questão. Segundo é que de fato o SiSU tem uma característica, que o nosso vestibular e nem o Programa de Avaliação Seriada têm, que é a oportunidade, a democratização do acesso quer dizer o aluno de qualquer parte do Brasil sem precisar se deslocar ele pode fazer né a opção por uma vaga na Universidade de Brasília e antes ele precisava se locomover pra poder fazer o vestibular ou vir pra cá para poder fazer o PAS então é acho que um ponto positivo grande do SiSU é essa mobilidade que ele propicia né essa facilidade de um aluno que não tem condições financeiras de se afastar da sua região de origem mas que gostaria por exemplo de fazer um curso superior na Universidade de Brasília

B: Teve algum caso de, por exemplo, o aluno foi aprovado foi selecionado só que ele não teve condições de vir fazer o registro?

I: Sempre há casos de alunos que são selecionados que não comparecem para fazer o registro. Com certeza aconteceu no SiSU mas nós não investigamos os motivos. Porque com a adesão da UnB ao SiSU a Universidade passa a receber recursos via PNAES pra ajudar na permanência do estudante, então, aquele estudante que tem baixa condição socioeconômica pode se candidatar a esses programas auxílios na forma de auxílio-permanência, tanto para alimentação pra moradia pra (custeio) da sua situação aqui. Então, desconheço alguém que tenha deixado de vir por conta disso pode ter acontecido mas não nos chegou esse tipo de situação

B: Quais os principais entraves para a adesão da UnB ao SiSU?

I: Entraves, bom, não sei se seriam entraves mas, primeiro a Universidade tem uma experiência grande com o Programa de Avaliação Seriada e fez uma avaliação do Programa durante mais de dez anos e um dos achados desse estudo é que o aluno

que ingressa na Universidade via PAS o índice de rendimento acadêmico dele ao longo do curso é superior ao índice de rendimento acadêmico de qualquer outro aluno que ingressa pelas outras formas de acesso, quer dizer, claro é um indicador médio. O índice de rendimento acadêmico médio, vamos dizer assim, dos estudantes que ingressam via PAS é superior ao índice de rendimento acadêmico médio. Foi uma comparação da média daqueles que entram pelas outras formas de ingresso. Então já é uma boa justificativa para a Universidade manter o PAS como modalidade de ingresso. A outra é que o PAS também permite à Universidade fazer um trabalho uma interação com as escolas de educação básica, o que não está previsto nem no vestibular nem no SiSU. O SiSU tem uma característica muito semelhante ao vestibular, o ENEM é um Exame episódico e depois com aquela nota você acesso os cursos. Assim, dos entraves, não sei se seria isso, mas umas das justificativas da Universidade não aderir integralmente ao SiSU é porque ela tem o PAS, o outro é que a Universidade, assim, nos discursos que foram feitos o debate que foi travado no CEPE, é que a Universidade gostaria de experimentar primeiro não tomar uma mudança radical, mas, não sei, tomar uma decisão conservadora porque pegar só um quarto das vagas, vinte e cinco por cento pra essa modalidade. Tomar uma decisão conservadora e avaliar pra ver se daqui algum tempo ela quer aumentar, tanto é que nós permanecemos com o vestibular do meio do ano. Pode ser que no futuro a intenção seja também substituí-lo pelo SiSU. Depende do desenrolar desse processo. Tem um outro ponto que assim também acho que pesou na decisão, é que a forma como o SiSU ocupa as vagas de acordo com o tipo, tem vários tipos de acesso à vaga, você pode concorrer você tem...

B: O sistema universal..

I: Isso. Você pode fazer o acesso pela ampla concorrência ou as cotas das escolas públicas, ainda tem as cotas pra negros no caso da UnB e dentro das cotas você tem um recorte de renda e um recorte de cor raça preto pardo e indígena e no SiSU na forma como isso tá implementado no sistema as cotas funcionam como teto e não como piso. Dentro do entendimento da universidade as cotas têm que ser o piso que é assim que funciona tanto o acesso ao PAS nas cotas quanto o vestibular. Então a universidade gostaria que primeiro o Ministério fizesse essa adequação para depois avançar nessa tomada de decisão. Entendeu essa diferença?

B: sim.

I: A diferença é o seguinte: no vestibular da UnB se você concorre às cotas você também concorre a vaga do sistema universal, no SiSU não, você se inscreve naquela modalidade e só concorre naquela modalidade. Inclusive, nós já encaminhamos um documento pro MEC pedindo uma revisão desse ponto. É um ponto importante. Esse eu poderia dizer que seria um entrave na tomada de decisão assim de aderir integralmente ao SiSU

B: Qual sua opinião sobre os pesos adotados pela UnB para cada prova do ENEM e como eles foram pensados?

I: Os pesos, nós nos inspiramos na experiência do vestibular e do PAS. Hoje para os dois processos, o vestibular e o PAS, os cursos são separados em grupos, grupo um e grupo dois, e os pesos das provas então são diferentes de acordo com esse grupo que seriam cursos mais na área das exatas, tecnológicas, saúde, vamos dizer assim, e outro na área das humanidades, ciências sociais, então o mesmo peso que as provas de acordo com as áreas têm no vestibular nós levamos para o SiSU. Foi, assim, trazer o histórico do vestibular e do PAS também para o SiSU no que diz respeito à questão dos pesos das provas.

B: E quanto a definição das notas mínimas das provas?

I: Bom, as notas mínimas já têm a natureza diferente. A nota mínima a ideia é que não entrasse na universidade um aluno que tivesse deixado em branco uma prova toda do ENEM ou que zerasse uma das provas. Então, a universidade estabeleceu essa pontuação mínima, não foi uma pontuação muito elevada mas é uma pontuação que garante que ninguém que zere uma das provas entre em um curso da universidade.

B: O que você acha dessa divisão dos cursos?

I: Eu acho pertinente. Essa é uma divisão, como eu disse, é uma divisão histórica, é uma divisão cabível. Eu sou favorável a essa formação geral no nível da educação básica, de que o aluno não se especialize tão cedo. Então que a educação básica, de fato, tem que cobrir as diversas áreas até pra que o aluno quando tomar sua decisão profissional ele faça isso com mais conhecimento e mais consciência, mas se ele já faz a opção de um curso que, por exemplo, linguagens é mais importante que matemática então acho que deve ter peso, para a classificação, maior do que matemática nesse caso. Então acho bem razoável a divisão de grupos para atribuição de pesos, nesse sentido de priorizar isso aquelas áreas na formação dele vão ser mais relevantes.

B: Qual a sua opinião sobre a crítica de que as instituições de ensino superior no Brasil que aderem as políticas de inclusão do governo federal não apresentam condições físicas e humanas para atender os alunos que entram na universidade pública?

I: Acho que isso é um processo. Acho que as instituições estão se organizando e se preparando pra isso. Acho que chegamos num ponto, em termos da sociedade, em que não dá pra esperar as instituições se prepararem pra depois você abrir a oportunidade. Acho que o distúrbio ele, pra de fato resolver um problema de exclusão, você vem com a política, introduz aí um distúrbio no sistema e o sistema vai ter que correr atrás pra poder dar conta. É obvio que as universidades, as instituições precisam de apoio pra isso, então, acho que se, no caso, o MEC sinaliza com esses apoios então eu não vejo porque isso acontecer, quer dizer, se de fato acontece, há um despreparo mas o sistema vai chegando em uma acomodação no sentido de resolver esse problema com o tempo. Talvez no início sofra bastante dos dois lados né sofra aluno que talvez não encontre exatamente o respaldo que ele precisava de imediato sofre a instituição porque também não tá preparada, mas em um médio prazo isso se resolve.

B: A universidade possui alguma forma de acompanhamento dos estudantes que entram pelo SiSU?

I: O SiSU é recente. Na realidade nós instituímos uma política de acolhimento ao docente e ao discente e vamos implantar no próximo ano o que nós estamos chamando de rede do acolhimento e nesse caso nós vamos acolher não só o aluno que entra pelo SiSU mas qualquer estudante que precisar de algum tipo de acompanhamento. Então, ele não é específico para o SiSU. Ele é direcionado a qualquer aluno que ingressa na Universidade de Brasília por qualquer uma das modalidades que hoje nós temos de acesso.

B: Você acredita que o SiSU como política pública caminha para a democratização efetiva do acesso à educação superior?

I: O termo democratização efetiva ele é amplo demais e profundo, quer dizer o que é democratização efetiva? Democratização efetiva seria qualquer um que quisesse ter acesso tivesse de fato o acesso, acho que estamos longe disso. É só olhar os dados da educação superior brasileira, o tamanho da nossa necessidade e o quanto que nós podemos atender. Acho que o SiSU é uma opção importante de democratização de acesso mas ele não resolve a democratização efetiva.

B: Qual a sua avaliação deste tipo de ingresso e quais as perspectivas para essa forma de ingresso na UnB?

I: No nosso primeiro levantamento nós vimos que em primeira chamada nós recebemos trinta e seis por cento de alunos de fora do DF e sessenta e quatro por cento do DF o que já bastante superior ao tradicional oitenta e cinco por cento e quinze por cento de fora então o que mostra que via SiSU a universidade recebeu mais estudantes de fora. Como foi apenas uma entrada precisamos ver o que vai acontecer nos próximos anos, se o sistema vai acabar se estabilizado ou se de fato via SiSU nós vamos sempre ter um percentual bem maior do que o vestibular. Está cedo pra fazer qualquer tipo de avaliação. Nós ainda não fizemos nenhuma discussão de expansão em relação a aumentar o número de vagas nessa questão do SiSU. Se o ENEM fosse seriado como é o PAS talvez a gente abrisse mão do PAS, mas enquanto o ENEM continua sendo também episódico como é o vestibular acredito que a Universidade de Brasília ainda deve manter o PAS que tem uma característica bem diferenciada por ser processual, por ser assim mais próximo da avaliação formativa do que o outro que é só somativa. Não que o PAS seja formativa, mas por pelo menos ter três etapas ele dá pra instituição uma expectativa de processo, de que tá selecionando os alunos que se dedicam mais ao longo do ensino médio, que tem uma formação mais regular. É preciso ainda o SiSU/ENEM aprimorar, se firmar pra que a universidade tome novas decisões no futuro.

B: O SiSU não pega os alunos que precisam da certificação de habilidade específica, como fica a seleção desses alunos?

I: Os alunos que são candidatos àqueles cursos que exigem habilidade específica participam do ENEM. Eles se inscrevem separadamente, não via a seleção unificada, via SiSU, mas dentro de um processo que a universidade cria só pra esses cursos, mas eles não precisam vir fazer o vestibular porque eles vão usar também a nota do ENEM só que não é uma seleção nacional, não é uma sistema igual ao SiSU onde ele vê a nota vê a nota dos outros vê a pontuação mínima e pode tomar uma decisão. É uma seleção como se fosse um vestibular que usa ENEM, que ele tem que fazer a habilitação específica que a UnB oferta, esse é o complicador porque ele tem que participar desse processo que é um processo presencial. Então ele tem uma etapa a mais do que tem os outros estudantes. O que nós temos discutido junto com o MEC é se não dá pra fazer essa certificação passar a ser uma certificação nacional, então, todas as universidades que pra um mesmo curso

exigem uma certificação ela não possa ser validade por todas as instituições. Se isso acontecesse então poderia ter um SiSU para esses cursos também. Essa discussão ela está iniciada, ainda não evoluiu muito mas ela já foi iniciada.

B: Por fim, seria possível o acesso aos dados do estado de origem desses alunos de fora do DF e os cursos que eles entraram? É possível conseguir esses dados?

I: Dos alunos?

B: É, daqueles trinta e seis por cento que você disse que são de fora do DF.

I: É porque nós temos isso na primeira chamada eu não tenho isso feito para os que de fato fizeram o registro. Se fosse só de primeira chamada seria possível mas o dos registros eu não tenho esse levantamento talvez a gente tenha, eu não sei quando você vai precisar disso porque o sistema ele tá bloqueado o acesso. Nós não temos acesso às telas, só quando eles abrirem pra fazermos a adesão pro próximo, se der tempo, se abrir e tiver lá quando abrir eu vou baixar todos os relatórios coisa que no outro eu acabei não fazendo e aí se der tempo a gente pode conseguir. Se não, de primeira chamada é possível conseguir, mas o número da primeira chamada não é real, tem muita abstenção.

B: Mas a universidade tem esse controle de quantos alunos foram registrados, quantos ainda estão cursando a graduação?

I: Isso tem, só que está no sistema do SiSU e o sistema está fechado para o acesso. Isso que eu te falei, só vai abrir para censo quando eles abrirem o novo prazo de adesão que é agora em outubro, novembro. Se der tempo a gente pode tentar conseguir.